



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, janeiro/2008

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra (substituto)

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Lígia Helena da Cruz Ourives

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 13, n. 12, dezembro 2007. 43 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em dezembro, o Governo Central apresentou déficit primário de R\$ 8,1 bilhões, contra superávit de R\$ 4,5 bilhões registrados no mês anterior. No ano, o superávit primário atingiu R\$ 57,8 bilhões, equivalentes a 2,27% do PIB estimado para o exercício, frente a um superávit de R\$ 48,9 bilhões no ano anterior, correspondentes a 2,10% do PIB. Em termos desagregados, o superávit obtido pelo Tesouro Nacional no ano (R\$ 103,4 bilhões) foi suficiente para compensar os déficits da Previdência Social – RGPS (R\$ 44,9 bilhões) e do Banco Central (R\$ 644,7 milhões). Foi cumprida, dessa forma, a meta de superávit primário, estabelecida, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2007), para o Governo Central. Tal resultado, juntamente com a expectativa de superávit das empresas estatais federais, sinaliza que a meta fiscal de resultado primário estabelecida na LDO-2007 para o conjunto do Governo Federal seja cumprida nos termos que estabelece a lei.

O resultado primário do Governo Central em 2007 atingiu 2,27% do PIB, contra 2,10% em 2006.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2006-2007

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	NOV	DEZ	JAN-DEZ	
	2007	2007	2006	2007
I. RECEITA TOTAL	52.552,1	67.121,6	543.505,4	618.872,4
I.1. Receitas do Tesouro	40.627,7	47.081,3	418.416,2	477.141,6
I.1.1. Receita Bruta (1)	42.689,0	48.837,2	429.078,7	490.924,0
I.1.2. (-) Restituições	-2.061,3	-1.756,0	-10.662,5	-13.772,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-10,1
I.2. Receitas da Previdência Social	11.763,4	19.828,3	123.520,2	140.411,8
I.3. Receitas do Banco Central	161,0	212,0	1.569,0	1.319,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.551,4	11.465,8	92.779,9	105.604,7
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	43.000,7	55.655,8	450.725,4	513.267,7
IV. DESPESA TOTAL	38.496,6	63.708,2	401.833,4	455.442,8
IV.1. Despesas do Tesouro	23.988,3	39.767,4	234.507,9	268.185,6
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	10.024,7	13.240,5	105.496,5	116.372,0
IV.1.2. Custeio e Capital	13.899,0	26.396,6	128.316,0	151.292,8
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.739,9	1.648,8	15.298,7	18.472,2
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	2.017,4	2.055,1	9.581,2	10.021,0
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.184,3	1.824,4	11.638,9	14.192,0
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.957,4	20.868,2	91.797,3	108.607,6
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	64,6	130,2	695,4	520,8
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	14.324,1	23.714,2	165.585,3	185.293,4
IV.3. Despesas do Banco Central	184,2	226,7	1.740,3	1.963,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	4.504,1	-8.052,4	48.892,0	57.824,9
V.1. Tesouro Nacional	7.088,0	-4.151,9	91.128,3	103.351,3
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.560,6	-3.885,9	-42.065,1	-44.881,7
V.3. Banco Central (4)	-23,2	-14,6	-171,2	-644,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,10%	2,27%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES
ACUMULADO: 2007/2006

DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	13,87%
Tesouro	14,04%
Previdência	13,68%
Transferências	13,82%
Receita Líquida	13,88%
Despesas	13,34%
Benefícios	11,90%
Pessoal	10,31%
Custeio e Capital	17,91%
PIB estimado	9,41%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)

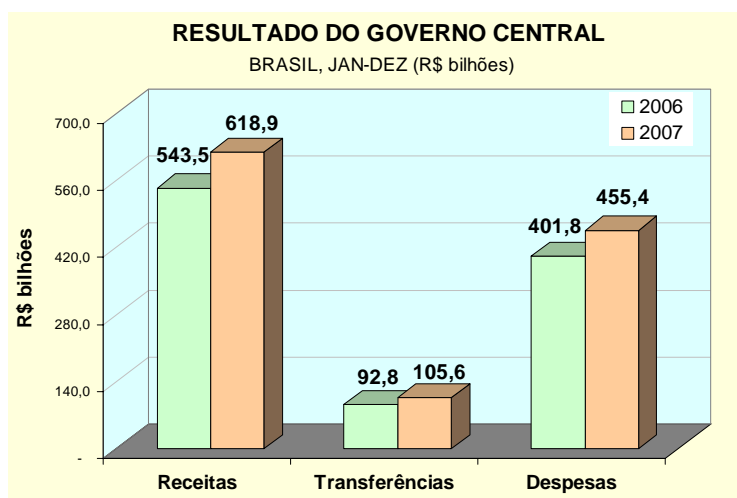
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Tesouro Nacional	3,91%	4,05%
Previdência Social	-1,80%	-1,76%
Banco Central	-0,01%	-0,03%
Governo Central	2,10%	2,27%

As receitas do Governo Central atingiram R\$ 618,9 bilhões em 2007, 13,9% acima da arrecadação do ano anterior. Como proporção do PIB, a receita

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Receita Total	23,30%	24,25%
Transferências	3,98%	4,14%
Receita Líquida	19,32%	20,11%
Despesa Total	17,22%	17,84%
Resultado Primário	2,10%	2,27%

O crescimento das receitas do Governo Central em 2007 decorreu sobretudo do comportamento da economia, do aumento da governança corporativa das empresas com vistas à abertura de capital e ganho líquido de operações em bolsas e da implementação de medidas para recuperação de créditos.

passou de 23,30%, em 2006, para 24,25%, em 2007, aumento de 0,95 ponto percentual. A arrecadação cresceu fundamentalmente pelo aumento do nível da atividade econômica, pela evolução do nível de preços e da massa salarial e por conta de implementação de medidas administrativas para recuperação de créditos. Dentre os principais fatores que contribuíram para esse crescimento em 2007, destacam-se: i) aumento da governança corporativa das empresas com vistas à abertura de capital e ganho líquido de operações em bolsas, que representou um ganho adicional de R\$ 5,3 bilhões em 2007 na arrecadação do IRPJ, da CSLL e do IRPF; ii) intensificação de medidas administrativas no âmbito da RFB e da PGFN para recuperação de créditos: celeridade na solução de litígios fiscais, intensificação do controle sobre declarações, bem como a recuperação de débitos decorrentes de depósitos judiciais e administrativos. Esta última medida resultou em aumento na arrecadação no montante de R\$ 6,1 bilhões (46,1%) em relação ao ano anterior. Os principais tributos que apresentaram crescimento em 2007, relativamente a 2006 foram: (i) Imposto de Importação (22,1%), devido ao crescimento, em dólar, do valor das importações tributadas; ii) IPI (20,0%), refletindo o bom resultado apresentado pela indústria ao longo de 2007; iii) IRPF (60,0%), devido, principalmente, à tributação sobre ganhos de capital na alienação de bens, em decorrência, principalmente da abertura de capital da Bolsa de Valores de São Paulo, da intensificação do controle sobre as Declarações de Operações Imobiliárias, - DOI, das Declarações de Informações de Atividades Imobiliárias – DIMOB; e iv) IRPJ (25,1%) e CSLL (23,0%), devido ao incremento da lucratividade em vários setores empresariais. O menor crescimento foi verificado nas “demais receitas”, que apresentou elevação de 6,5% no ano. A explicação para esse percentual menos expressivo está associada à menor arrecadação de dividendos (redução de R\$ 2,8 bilhões) e da cota-parte de compensações (queda de R\$ 1,6 bilhão), que contrabalançaram, parcialmente, o efeito da elevação no recolhimento do conjunto receitas restantes, em especial das receitas provenientes de concessões (incremento de R\$ 1,1 bilhão) e receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos públicos (elevação de R\$ 3,6 bilhões).



As transferências a estados e municípios, por sua vez, totalizaram R\$ 105,6 bilhões em 2007, cerca de 4,14% do PIB, contra R\$ 92,8 bilhões, ou 3,98% do PIB, no ano anterior. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram R\$ 11,6 bilhões (16,4%) no período, refletindo o comportamento dos tributos partilhados (imposto de renda e IPI). As transferências no âmbito da Lei Complementar nº 115/2002 totalizaram R\$ 3,9 bilhões em 2007, contra R\$ 4,3 bilhões no ano anterior. As demais transferências, por sua vez, aumentaram em R\$ 1,6 bilhão (10,0%), reflexo da elevação de R\$ 1,7 bilhão na complementação da União ao Fundeb e de R\$ 500,2 milhões nas transferências com salário-educação, compensadas, parcialmente, pela redução de R\$ 625,2 milhões na cota parte de compensações financeiras.

As despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 33,7 bilhões (14,4%) em 2007, acima do crescimento do PIB estimado para o período (9,41%). Como proporção do PIB, houve aumento de 0,45 ponto percentual. (de 10,05% para 10,51% do PIB). Verificou-se incremento de R\$ 10,9 bilhões (10,3% ou 0,04 ponto percentual do PIB) nas despesas de pessoal e encargos sociais e de R\$ 23,0 bilhões (17,9% ou 0,43 ponto percentual do PIB) nos dispêndios de custeio e capital.

As receitas da Previdência Social (RGPS) também apresentaram desempenho positivo em 2007, com crescimento de 13,7% em termos nominais. Atingiram R\$ 140,4 bilhões em 2007, (5,50% do PIB), contra R\$ 123,5 bilhões (5,29% do PIB) em 2006. Esse crescimento é explicado pela expansão no mercado formal de trabalho observada ao longo de todo o ano e pela elevação da massa salarial. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 185,3 bilhões no ano, R\$ 19,7 bilhões (11,9%) acima do verificado em 2006. Essas despesas representaram 7,26% do PIB estimado para 2007, em comparação a 7,10% do exercício anterior, indicando uma dinâmica de crescimento menor, *vis-à-vis* o

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 105,6 bilhões em 2007, cerca de 4,14% do PIB, contra R\$ 92,8 bilhões em 2006, ou 3,98% do PIB.

As despesas do Tesouro Nacional como proporção do PIB cresceram 0,45 p.p., a maior parte relacionada a despesas de custeio e capital (0,43 p.p.).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	5,29%	5,50%
Benefícios	7,10%	7,26%
Res. Primário	-1,80%	-1,76%

comportamento da arrecadação, e a melhora em proporção do PIB do déficit do regime. Com efeito, o resultado passou de 1,80% do PIB, em 2006, para 1,76% no ano em análise.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 48,8 bilhões em dezembro, contra R\$ 42,7 bilhões no mês anterior (elevação de 14,4%). Este comportamento é explicado pela elevação de R\$ 5,1 bilhões nas receitas de impostos federais, de R\$ 639,3 milhões nas demais receitas e de R\$ 442,4 milhões nas receitas de contribuições sociais.

O volume total da arrecadação de impostos e contribuições alcançou R\$ 44,3 bilhões contra R\$ 38,7 bilhões no mês anterior (elevação de 14,2%). Tal evolução é explicada, em grande medida, pelo recolhimento, em dezembro, do imposto sobre aplicações financeiras em fundos de investimento o que impactou positivamente o IRRF – Rendimentos do Capital. Cabe esclarecer que a Lei nº 10.892, de 2004, alterou a mudança na forma de apuração do referido tributo, o qual passou de mensal para semestral com recolhimento nos meses de junho e dezembro. Também afetou a arrecadação de dezembro o recolhimento do IRRF – Rendimentos do Trabalho relativo ao 13º salário pago no mês. As demais receitas totalizaram R\$ 4,6 bilhões ante R\$ 3,9 bilhões no mês anterior, apresentando uma elevação de 16,2%, explicada pelo pagamento, em dezembro, da 1ª parcela do leilão de subconcessão de trecho de 720 km da Ferrovia Norte Sul realizado em outubro. Esta parcela corresponde a 50% do lance vencedor (R\$ 1,5 bilhão) e impactou positivamente a receita de concessões no mês.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2007 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/07	DEZ/07
Impostos	18.950,0	24.016,6
Imposto de Renda	13.892,8	18.566,6
IPI	3.140,3	3.552,8
Outros	1.916,9	1.897,2
Contribuições	19.796,9	20.239,2
Cofins	9.574,1	9.603,0
CPMF	3.149,0	3.685,5
CSLL	2.932,7	2.917,4
Cide - Combustíveis	735,2	656,9
Outras	3.405,8	3.376,5
Demais	3.942,1	4.581,4
Cota parte	892,7	940,3
Diretamente Arrecadada	1.285,0	1.463,6
Dividendos da União	376,6	1,2
Outras	1.387,9	2.176,2
Total Bruto	42.689,0	48.837,2

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No acumulado de 2007, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 61,8 bilhões (14,4%) quando comparado ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 490,9 bilhões para R\$ 429,1 bilhões. Esse montante equivale a 19,23% do PIB, dos quais 8,40% correspondem à arrecadação de impostos, 8,55% de contribuições e 2,29% relativos às demais receitas.

O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- crescimento de R\$ 14,0 bilhões (25,1%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 6,4 bilhões (23,0%) na arrecadação de CSLL, em função do aumento da lucratividade de diversos setores econômicos e do incremento no número de processos de abertura de capital em bolsa de valores durante o ano, com destaque para os

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Impostos	7,79%	8,40%
Imposto de Renda	5,85%	6,27%
IPI	1,21%	1,32%
Outros	0,74%	0,80%
Contribuições	8,25%	8,55%
Cofins	3,91%	4,01%
CPMF	1,37%	1,43%
CSLL	1,20%	1,35%
Cide - Combustíveis	0,33%	0,31%
Outras	1,44%	1,44%
Demais	2,35%	2,29%
Cota parte	0,80%	0,67%
Diretamente Arrecadada	0,64%	0,72%
Dividendos da União	0,42%	0,27%
Outras	0,50%	0,62%
Total Bruto	18,39%	19,23%

relativos à Redecard, à Bovespa e à BM&F, com reflexos na arrecadação dos meses de agosto, novembro e dezembro;

- b) incremento de R\$ 11,3 bilhões (12,4%) na Cofins e de R\$ 2,7 bilhões (11,1%) no PIS/Pasep, refletindo, em grande medida, o aumento no volume geral de vendas, com destaque para material de escritório, veículos e motos, partes e peças, outros artigos de uso pessoal e doméstico e móveis e eletrodomésticos;
- c) elevação de R\$ 4,5 bilhões (6,3%) no IRRF, devido ao crescimento de 8,4% no IRRF - rendimentos do trabalho, influenciado pela crescimento da massa salarial, de 5,6% no IRRF - remessas ao exterior e de 6,6% no IRRF - outros rendimentos;
- d) crescimento de R\$ 5,6 bilhões (20,0%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI - automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno; IPI - outros, decorrente do bom resultado apresentado pela indústria ao longo de 2007, com destaque para os setores de fabricação de produtos farmoquímicos, fabricação de produtos de metal, fabricação de outros equipamentos de transporte e metalurgia; e IPI vinculado, decorrente da elevação de 31,8% no valor em dólar das importações tributadas, de 10,6% na alíquota média do imposto e da redução de 10,5% na taxa média de câmbio;
- e) acréscimo de R\$ 5,1 bilhões (60,0%) na arrecadação de IRPF, decorrente principalmente da arrecadação relativa ao item ganho de capital na alienação de bens, explicado pela intensificação do controle sobre as Declarações de Operações Imobiliárias (DOI), sobre as Declarações de Informações de Atividades Imobiliárias (Dimob) e sobre a edição de atos normativos que dificultam o planejamento tributário. Nesse mês, o incremento foi ainda maior por conta da abertura de capital da Bovespa. O aumento do volume de negócios em bolsa de valores no ano 2007 produziu reflexo na arrecadação de ganho líquido em operações em bolsa. Observa-se, ainda, crescimento na arrecadação do IRPF relativo à declaração de ajuste do ano-base 2006, influenciado pela redução no número de dependentes declarados, em virtude do programa do IRPF ter passado a exigir que os contribuintes informem o número do CPF dos seus dependentes;
- f) elevação de R\$ 2,2 bilhões (22,1%) no imposto de importação, decorrente da elevação de 31,8% no valor em dólar das importações tributadas, de 6,8% na alíquota média do imposto e da redução de 10,5% na taxa média de câmbio;
- g) incremento de R\$ 1,1 bilhão da arrecadação do IOF, explicado pelo crescimento das operações de crédito, tanto das pessoas físicas quanto das jurídicas.

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO		
BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2006	2007
Petrobras	2.340,7	2.588,1
Banco do Brasil	2.265,4	1.607,6
CEF	1.100,2	996,8
BNDES	3.041,7	923,6
Eletrobrás	-	124,4
ECT	299,6	267,2
IRB	182,5	15,8
Serpro	23,5	29,4
BASA	126,8	128,9
FND	15,2	32,2
BNB	41,6	117,9
Demais	303,2	145,3
Total	9.740,4	6.977,1

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, somou R\$ 58,4 bilhões até dezembro de 2007, apresentando acréscimo de R\$ 3,5 bilhões (6,5%) em relação ao mesmo período do ano anterior. As receitas de cota parte de compensações financeiras e de dividendos da União apresentaram reduções de R\$ 1,6 bilhão (8,4%) e R\$ 2,8 bilhões (28,4%), respectivamente. Por outro lado, as receitas diretamente arrecadadas cresceram R\$ 3,6 bilhões (24,2%) e as outras receitas aumentaram R\$ 2,4 bilhões (54,6%), com destaque para a recuperação, em 2007, de débitos de exercícios anteriores no âmbito da Medida Provisória nº 303/2006. Também apresentaram crescimento as receitas da CPSS e de concessões: em conjunto, o acréscimo foi de R\$ 1,8 bilhão (25,8%).

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/07	DEZ/07
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.055,4	9.915,9
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	268,8	258,2
Demais	2.227,2	1.291,7
Total	9.551,4	11.465,8

¹ Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DECÊNDIO	Nov	Dez
Terceiro Decêndio	9.866,9	9.579,2
Primeiro Decêndio	2.680,8	7.139,8
Segundo Decêndio	2.793,0	4.037,5
Total	15.340,7	20.756,5

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR/IPI/outros)	3,03%	3,22%
CIDE - Combustíveis	0,08%	0,07%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,19%	0,15%
Demais	0,69%	0,69%
Total	3,98%	4,14%

¹ Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-DEZ (R\$ bilhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR/IPI/outros)	70.627,7	82.239,0
CIDE - Combustíveis	1.781,3	1.850,2
Lei Comp. nº 115/2002	4.343,3	3.887,8
Demais	16.027,6	17.627,7
Total	92.779,9	105.604,7

Em dezembro, as transferências a estados e municípios somaram R\$ 11,5 bilhões, contra R\$ 9,6 bilhões em novembro, correspondendo a uma elevação de 20,0%. Concorreram para este comportamento os seguintes fatores: a) elevação de R\$ 2,9 bilhões nas transferências aos fundos de participação, como consequência da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente nos dois primeiros decêndios de dezembro; e b) redução de R\$ 965,3 milhões no repasse de recursos provenientes de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural em função da sazonalidade desse tipo de repasse.

Na comparação entre 2007 e 2006, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 12,8 bilhões (13,8%), elevando-se de R\$ 92,8 bilhões em 2006 para R\$ 105,6 bilhões em 2007. Como proporção do PIB, as transferências totalizaram 4,14 pontos percentuais em 2007, superior ao percentual observado no ano passado (3,98 pontos percentuais do PIB).

As transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM) aumentaram em R\$ 11,6 bilhões (16,4%). As demais transferências aumentaram R\$ 1,6 bilhão (10,0%), reflexo da elevação de R\$ 1,7 bilhão na complementação da União ao Fundeb e de R\$ 500,2 milhões nas transferências com salário-educação, compensadas, parcialmente, pela redução de R\$ 625,2 milhões na cota parte de compensações financeiras. As transferências no âmbito da Lei Complementar nº 115/2002, por sua vez, totalizaram R\$ 3,9 bilhões em 2007 contra R\$ 4,3 bilhões em 2006, redução de 10,5% decorrente do repasse de: i) R\$ 975,0 milhões previstos na MP nº 355/2007 (convertida na Lei nº 11.492/2007) que foi transferido em março; ii) R\$ 975,0 milhões previstos na MP nº 368/2007 (convertida na Lei nº 11.512/2007), que foi repassado em nove parcelas de maio a dezembro; e iii) R\$ 1.950,0 milhões previstos na MP nº 376/2007 (convertida em Lei nº 11.527/2007), que foi transferido de junho a dezembro.

Em dezembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 39,8 bilhões, contra R\$ 24,0 bilhões no mês anterior, apresentando acréscimo de R\$ 15,8 bilhões (65,8%) relativamente ao mês de novembro. Os gastos com custeio e capital alcançaram R\$ 26,4 bilhões contra R\$ 13,9 bilhões no mês anterior, registrando variação de R\$ 12,5 bilhões (89,9%). As despesas com pessoal e encargos sociais totalizaram R\$ 13,2 bilhões, aumento de R\$ 3,2 bilhões (32,1%) em relação a novembro.

O acréscimo registrado nas despesas de pessoal decorreu da sazonalidade dos gastos com o pagamento da segunda parcela do décimo terceiro salário dos servidores do Poder Executivo e das férias do funcionalismo federal.

No caso dos gastos com custeio e capital, o crescimento está associado ao aumento de R\$ 12,0 bilhões (133,0%) na rubrica de Outras Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 640,1 milhões (54,1%) nas despesas de LOAS/RMV. Por sua vez, os dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas permaneceram praticamente estáveis, crescimento de R\$ 37,7 milhões (1,9%), e as despesas do FAT tiveram queda de R\$ 91,1 milhões (5,2%) em relação a novembro.

Contribuiu para o crescimento das Outras Despesas de Custeio e Capital, os gastos relativos aos créditos extraordinários, que cresceram R\$ 3,1 bilhões (463,5%), ao PPI que somou R\$ 1,4 bilhão, incremento de R\$ 829,1 milhões (151,3%) e as despesas discricionárias, cuja execução somou R\$ 14,7 bilhões, aumentando R\$ 7,5 bilhões (103,0%) em relação ao mês anterior. Dentre os Ministérios que apresentaram maior crescimento destacam-se os gastos dos Ministérios da Saúde (R\$ 1,3 bilhão), Defesa (R\$ 1,3 bilhão), Educação (R\$ 729,3 milhões), Cidades (R\$ 720,1 milhões) e Ciência e Tecnologia (R\$ 508,7 milhões).

No âmbito das despesas com subsídios e subvenções econômicas, algumas rubricas registraram importantes variações. Houve crescimento nas despesas do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, R\$ 440,0 milhões (144,9%), do Fundo da Terra/Incrá R\$ 344,9 milhões (137,8%) e do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA, R\$ 129,0 milhões (265,5%) e queda de R\$ 983,9 milhões na rubrica de securitização da dívida agrícola, neste caso em razão dos pagamentos no mês de novembro, sem contrapartida em dezembro.

No ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,51% do PIB, contra 10,05% em 2006. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 33,7 bilhões (14,4%) em relação a 2006, acima do crescimento nominal do PIB no período (estimado em 9,41%). Destacam-se os incrementos de R\$ 10,9 bilhões (10,3% ou

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/07	DEZ/07
Pessoal e Encargos	10.024,7	13.240,5
Custeio e Capital	13.899,0	26.396,6
Despesas do FAT	1.739,9	1.648,8
Subsídios e Subvenções ¹	2.017,4	2.055,1
LOAS/RMV	1184,3	1824,4
Outras	8.957,4	20.868,2
Transferência ao Bacen	64,6	130,2

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Em dezembro, a variação nos dispêndios do Tesouro Nacional deveu-se à maior dinâmica de execução dos gastos com custeio e capital no mês e ao pagamento da 2ª parcela do 13º salário do Poder Executivo, além de férias do funcionalismo público federal.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/07	DEZ/07
Sentenças Judiciais	0,7	35,0
Legislativo/Judiciário	368,6	515,3
Crédito Extraordinário ¹	667,9	3.763,6
Projeto Piloto de Investimento ²	548,0	1.377,1
Outras ³	114,8	444,6
Discricionárias	7.257,3	14.732,6
d/q Min. da Saúde	2.880,7	4.215,5
Min. do Des. Social	1.032,5	1.410,0
Min. da Educação	629,7	1.359,0
Min. da Defesa	647,9	1.927,8
Min. da Ciência e Tec.	276,4	785,1
Min. do Des. Agrário	143,4	272,4
Min. da Justiça	111,5	392,7
Min. da Previdência	101,0	258,0
Min. das Cidades	116,2	636,3
Demais	1.318,0	3.475,7
Total	8.957,4	20.868,2

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.439, de 29/12/06 (LDO-2007).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

Os dispêndios com a folha salarial aumentaram de 4,52% do PIB, em 2006, para 4,56% do PIB, em 2007, aumento de 0,04 p.p. do PIB.

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Pessoal e Encargos	4,52%	4,56%
Custeio e Capital	5,50%	5,93%
Despesas do FAT	0,66%	0,72%
Subsídios e Subvenções ¹	0,41%	0,39%
LOAS/RMV	0,50%	0,56%
Outras	3,93%	4,25%
Custeio	3,19%	3,39%
Capital	0,75%	0,87%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,02%

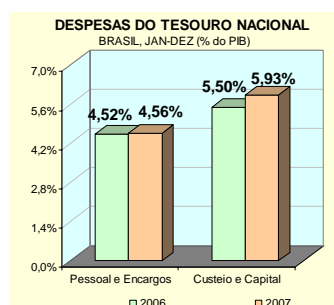
¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

0,04 p.p. do PIB) nas despesas de pessoal e encargos sociais e R\$ 23,0 bilhões (17,9% ou 0,43% p. p. do PIB) nos gastos com custeio e capital.

Os dispêndios com a folha salarial aumentaram de 4,52% do PIB, em 2006, para 4,56% do PIB, em 2007, aumento de 0,04 p.p. do PIB. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal dos gastos com a folha salarial foi de R\$ 1,1 bilhão (4,7%) em relação a 2006. Nesse valor estão computados precatórios relativos aos Poderes, na quantia de R\$ 2,4 bilhões, pagos pelas Justiças, Federal e do Trabalho, frente ao montante de R\$ 2,8 bilhões em 2006. Verificou-se o incremento de R\$ 9,8 bilhões no âmbito das despesas do Poder Executivo, cujo incremento decorreu, principalmente, da reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores civis e militares, além do crescimento vegetativo.

As despesas do FAT atingiram R\$ 18,5 bilhões até dezembro de 2007, contra R\$ 15,3 bilhões no ano anterior, crescimento de R\$ 3,2 bilhões (20,7% ou 0,06 p.p. do PIB). Dentre os fatores que explicam o crescimento das despesas de abono salarial e seguro desemprego destaca-se o aumento do salário mínimo, que impacta o valor do benefício do seguro-desemprego e do abono salarial, além do crescimento do número de assalariados celetistas no mercado de trabalho brasileiro com elevado índice de rotatividade de mão-de-obra.

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos totalizaram R\$ 10,0 bilhões em 2007 (0,39% do PIB) contra R\$ 9,6 bilhões em 2006 (0,41% do PIB), uma queda de 0,02% p.p do PIB. As principais reduções foram: i) Aquisições do Governo Federal – AGF, recebimento líquido de R\$ 124,3 milhões em 2007, contra dispêndio líquido de R\$ 250,0 milhões no ano anterior; ii) Investimento Rural, R\$ 457,4 milhões (94,3%); iii) Programa de Incentivo à Exportação – PROEX, R\$ 318,1 milhões (57,8%) e iv) Reordenamento de Passivos, R\$ 983,8 milhões (66,4%). Neste caso, em função da capitalização da Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) ocorrida em janeiro de 2006, sem correspondente no mesmo mês de 2007.



Por outro lado, foi registrado aumento nos gastos de custeio Agropecuário (R\$ 615,1 milhões), na securitização da Dívida Agrícola (R\$ 972,1 milhões), nos pagamentos do Fundo da Terra/INCRA (R\$ 558,7 milhões) e, nas transferências aos Fundos Regionais (R\$ 449,3 milhões).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 2,6 bilhões (21,9%) em relação ao ano de 2006. Essa variação pode ser explicada pelo reajuste do salário mínimo e também pela quantidade de benefícios pagos que aumentaram 8% em relação a 2006 (média contra média). Do total de

benefícios pagos 1,2 milhão foi relativo aos idosos, variação de 10% e 1,2 milhão aos portadores de deficiência, aumento de 6% em relação à média do ano anterior.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2007						
	Total LOAS	variação em relação à média do ano anterior	Idoso	variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média jan-dez/01	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média jan-dez/02	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média jan-dez/03	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média jan-dez/04	1.898.903	16%	821.288	31%	1.077.615	7%
média jan-dez/05	2.173.634	14%	1.002.778	22%	1.170.856	9%
média jan-dez/06	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	7%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 16,8 bilhões (18,3%) em relação a 2006, dos quais R\$ 12,2 bilhões (16,4%) relativos a custeio e R\$ 4,6 bilhões (26,5%) relativos a investimentos. Os maiores aumentos registrados ficaram por conta da execução dos créditos extraordinários, R\$ 8,5 bilhões, variação de R\$ 3,2 bilhões (60,6%) em relação a 2006, nos gastos com Projeto Piloto de Investimento (PPI), R\$ 5,1 bilhões, crescimento de R\$ 2,4 bilhões (86,2%) e nas despesas discricionárias, R\$ 87,7 bilhões, aumento de R\$ 10,1 bilhões (13,9%) em relação a 2006.

No caso das despesas discricionárias, os Ministérios cujos gastos apresentaram maior crescimento foram: Saúde (R\$ 1,3 bilhão), Defesa (R\$ 1,3 bilhão), Educação (R\$ 729,3 milhões), Ciência e Tecnologia (R\$ 508,7 milhões) e Cidades (R\$ 520,1 milhões).

A execução financeira do PPI atingiu R\$ 5,1 bilhões em 2007, contra R\$ 2,8 bilhões em 2006, incremento de R\$ 2,4 bilhões (86,2%) em relação ao ano anterior. Dos investimentos realizados no âmbito do Governo Federal (Tabela A11), houve um crescimento de 26,5% em relação ao exercício anterior, com execução de R\$ 22,1 bilhões em 2007, contra R\$ 17,5 bilhões no ano anterior.

As despesas com sentenças judiciais totalizaram R\$ 1,2 bilhão até dezembro, contra R\$ 1,0 bilhão em 2006, aumento de 20,7%. Os gastos com custeio dos Poderes Legislativo e Judiciário totalizaram R\$ 4,8 bilhões, representando incremento de R\$ 286,7 milhões (8,3%).

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO ¹	2006	2007
Agricultura	4.944,5	6.477,2
Custeio Agropecuário	341,6	956,7
Investimento Rural	484,9	27,5
Preços Agrícolas	1.159,4	1.087,7
- EGF	3,3	30,9
- AGF	250,0	-124,3
- Sustent. de preços	906,1	1.181,1
Pronaf	1.099,6	900,5
Pesa	428,6	541,7
Cacau	1,1	0,3
Securitização	466,2	1.438,4
Fundo da Terra/Incra	963,1	1.521,8
FUNCAFÉ	0,0	2,6
Outros	947,2	826,8
Habituação (PSH)	284,8	126,8
FND	110,1	465,9
Exportação (Proex)	552,3	234,1
Total	5.891,7	7.304,0

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

² Dados revisados

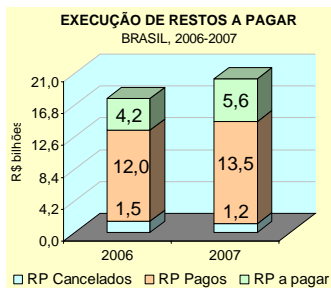
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL
BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Sentenças Judiciais	1.012,4	1.221,7
Legislativo/Judiciário	4.517,9	4.804,5
Crédito Extraordinário ¹	5.321,2	8.545,4
Projeto Piloto de Investimento ²	2.752,1	5.101,7
Outras ³	1.160,6	1.183,7
Discricionárias	77.033,2	87.728,3
d/q Min. da Saúde	34.107,7	36.111,4
Min. do Des. Social	9.454,6	11.250,3
Min. da Educação	7.582,7	7.874,9
Min. da Defesa	5.363,2	6.898,2
Min. da Ciência e Tec.	2.528,9	3.236,8
Min. do Des. Agrário	1.547,0	1.792,1
Min. da Previdência	848,0	1.469,8
Min. da Justiça	1.129,0	1.572,1
Min. dos Transportes	2.234,8	1.465,7
Demais	12.237,3	16.057,0
Total	91.797,3	108.585,3

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.439, de 29/12/06 (LDO-2007).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.



O montante pago de restos a pagar – RP (Decreto de Programação Orçamentária e Financeira) correspondeu a R\$ 13,5 bilhões, equivalentes a 70,8% do total de RP inscritos líquidos (menos cancelamentos). Do total de restos a pagar pagos até dezembro, R\$ 8,6 bilhões referem-se às despesas com investimentos e inversões financeiras, concentrando-se principalmente, nos Ministérios: i) Transportes (R\$ 2,0 bilhões); ii) Saúde (R\$ 1,3 bilhão); iii) Cidades (R\$ 1,0 bilhão); iv) Educação (R\$ 680,1 milhões); v) Integração Nacional (R\$ 634,4 milhões) e, vi) Defesa (R\$ 509,7 milhões). Os principais programas beneficiados desses Ministérios foram a manutenção da malha rodoviária, os corredores Araguaia-Tocantins, MERCOSUL e Leste, os programas do SUS (“Atenção Básica e Especializada em Saúde” e “Assistência Farmacêutica”), Universidade do Século XXI, Saneamento Ambiental Urbano, e Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte.

Previdência Social

Em dezembro, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 3,9 bilhões, R\$ 1,3 bilhão (51,8%) acima do verificado no mês anterior. Isso decorreu basicamente do incremento dos pagamentos de benefícios previdenciários, os quais passaram de R\$ 14,3 bilhões em novembro para R\$ 23,7 bilhões em dezembro (elevação de 65,6%). Tal acréscimo superou a elevação da arrecadação líquida de contribuições sociais, que cresceu de R\$ 11,8 bilhões em novembro para R\$ 19,8 bilhões em dezembro (aumento de 68,6%). O aumento dos gastos se explica pelo dispêndio da Previdência com a segunda parcela do abono natalino de seus segurados e dependentes, enquanto a elevação das receitas previdenciárias se deve às contribuições incidentes sobre o pagamento das gratificações natalinas pelos empregadores. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 44,9 bilhões, contra R\$ 42,1 bilhões observados em 2006.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006-2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	NOV	DEZ	JAN-DEZ	
	2007	2007	2006	2007
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	11.763,4	19.828,3	123.520,2	140.411,8
Arrecadação Bruta	13.054,2	21.081,4	133.703,0	154.589,4
- Contribuição Previdenciária	12.123,8	20.092,2	122.918,9	142.774,2
- Simples	750,9	766,6	8.225,3	9.080,1
- CFT	49,9	52,9	682,6	689,7
- Depósitos Judiciais	80,3	120,7	1.341,2	1.477,1
- Refis	25,3	24,3	325,8	287,4
- Outras Receitas	24,0	24,7	209,3	280,9
(-) Restituição/Devolução	-99,6	-23,6	-478,4	-520,1
(-) Transferências a Terceiros	-1.191,2	-1.229,5	-9.704,4	-13.657,5
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	14.324,1	23.714,2	165.585,3	185.293,4
Benefícios Previdenciários	14.324,1	23.714,2	165.585,3	185.293,4
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.560,6	-3.885,9	-42.065,1	-44.881,7
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,80%	-1,76%

Em dezembro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,9 bilhões. No ano, o déficit acumulado atingiu R\$ 44,9 bilhões, equivalentes a 1,76% do PIB. Em 2006, o déficit foi de R\$ 42,1 bilhões, ou 1,80% do PIB.

Em 2007, a arrecadação líquida foi de R\$ 140,4 bilhões, acrescentando R\$ 16,9 bilhões (13,7%) ao montante observado em 2006. Uma das razões desse crescimento foi o comportamento do emprego no setor formal. Conforme dados do Caged, o saldo líquido entre admissões e desligamentos gerou 1.617 mil novos empregos em 2007 (crescimento de 5,9%). Também concorreu para isso a elevação da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada de janeiro a novembro de 2007 foi de R\$ 105,6 bilhões contra R\$ 95,5 bilhões no período correspondente em 2006 – apresentando uma elevação de 10,6%.

Em 2007, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 185,3 bilhões, representando crescimento de R\$ 19,7 bilhões (11,9%) em relação a 2006. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 33,27 (5,8%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 576,8 mil (2,7%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

No estoque de benefícios pagos em 2007, comparado ao de 2006, destacam-se os aumentos de 373,3 mil aposentadorias (2,8%), 146,8 mil pensões por morte (2,5%) e 54,1 mil benefícios de auxílio-doença (3,7%).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-DEZ (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Contribuição	123.520,2	140.411,8	13,7%
Benefícios	165.585,3	185.293,4	11,9%
Res. Primário	-42.065,1	-44.881,7	6,7%

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-DEZ			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Quantidade RGPS*	21,3	21,9	2,7%
Valor médio RGPS**	573,5	606,7	5,8%

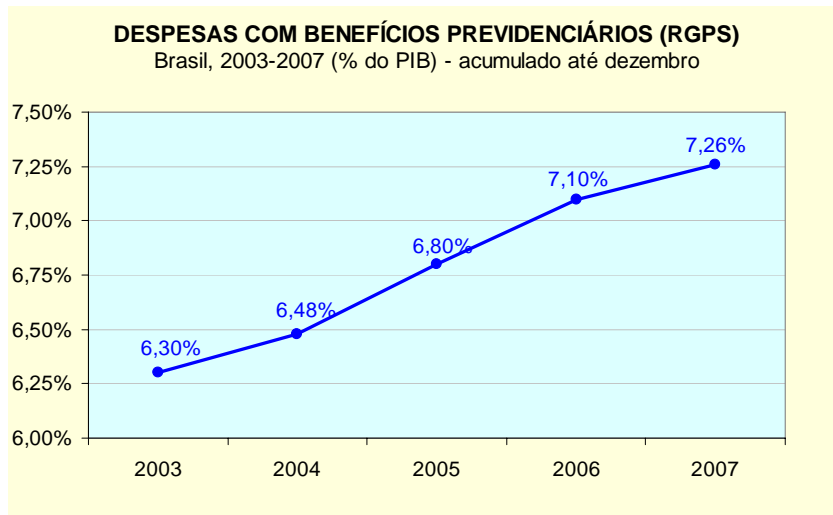
(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006-2007

	Em mil benefícios			
	NOV	DEZ	JAN-DEZ	
	2007	2007	2006	2007
Benefícios do RGPS	22.056	22.066	21.278	21.854
Previdenciários	21.284	21.298	20.545	21.101
Aposentadorias	13.831	13.879	13.270	13.642
Idade	7.156	7.182	6.802	7.039
Invalidez	2.746	2.753	2.720	2.738
Tempo de contribuição	3.929	3.943	3.748	3.864
Pensão por morte	6.075	6.090	5.857	6.004
Auxílio-Doença	1.293	1.244	1.344	1.376
Salário - maternidade	45	45	41	42
Outros	39	39	33	37
Acidentários	773	769	733	754
Aposentadorias	148	149	146	148
Pensão por morte	129	129	130	129
Auxílio - doença	142	138	101	123
Auxílio - acidente	271	271	269	270
Auxílio - suplementar	83	83	88	84

As despesas com benefícios previdenciários do RGPS passaram de 6,30% do PIB em 2003 para 7,26% do PIB em 2007, representando crescimento de 15,2%.

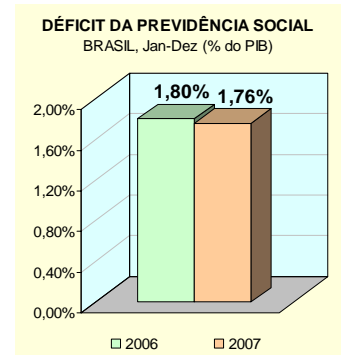
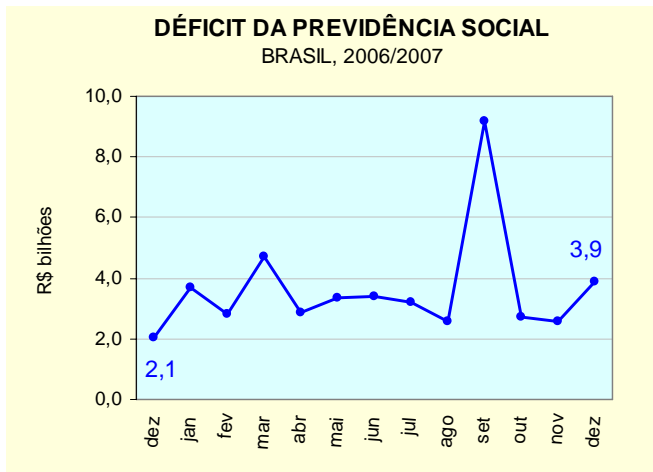
O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos. Verifica-se que em 2003 esses gastos correspondiam a 6,30% do PIB; em 2007, corresponderam a 7,26% do PIB. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,24 ponto percentual do PIB por ano.



RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	5,29%	5,50%
Benefícios	7,10%	7,26%
Res. Primário	-1,80%	-1,76%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,21 ponto percentual em relação ao ano passado, superando o aumento de 0,16 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o

déficit primário do RGPS caiu para 1,76% do PIB, 0,04 ponto percentual inferior ao patamar de 1,80% do PIB registrado em 2006.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em dezembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 661,1 bilhões, perfazendo o equivalente a 25,9% do PIB acumulado no ano. Em relação ao mês anterior, houve redução de R\$ 1,6 bilhão, reflexo – principalmente – dos resgates líquidos de títulos da DPMFi, da redução das obrigações em moeda estrangeira e da depreciação cambial ocorrida no mês.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006	2007	
	DEZ	NOV	DEZ
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	467.598	552.789	552.501
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	1.100.960	1.230.698	1.236.540
Dívida Contratual da STN	-449.059	-478.661	-482.176
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-184.302	-199.248	-201.863
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	143.209	109.927	108.604
Dívida Mobiliária em Poder do Público	112.913	85.615	84.568
Dívida Contratual	30.542	24.613	24.316
Disponibilidades	-246	-300	-280
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	610.807	662.716	661.105
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	26,2%	26,1%	25,9%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.
Sinal negativo (-) indica haveres líquidos.

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional encerrou o ano em R\$ 661,1 bilhões, o equivalente a 25,9% do PIB acumulado em doze meses.

Em relação ao final do exercício de 2006, a DLTN apresentou redução em proporção do PIB da ordem de 0,3 ponto percentual. Tal comportamento originou-se da parcela externa da dívida, cuja redução é explicada tanto pela diminuição das obrigações em moeda estrangeira quanto pela apreciação cambial no ano.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de dezembro com saldo de R\$ 552,5 bilhões, equivalente a 21,6% do PIB, montante este ligeiramente inferior ao registrado no mês anterior. Comparativamente a 2006, houve incremento de R\$ 84,9 bilhões, equivalente a 1,6 ponto percentual do PIB. Nessa comparação, a dívida mobiliária cresceu 1,3 ponto percentual do PIB, conjugada à redução dos haveres contratuais da ordem de 0,4 ponto percentual.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006 DEZ	2007 NOV	2007 DEZ
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	467.598	552.789	552.501
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	1.100.960	1.230.698	1.236.540
LFT	406.859	420.122	404.684
LTN	347.639	312.835	325.637
NTN-B	170.984	243.701	248.587
NTN-C	67.393	66.211	67.865
NTN-D	1.321	1.110	1.118
NTN-F	49.223	131.125	134.807
Demais	34.234	30.978	28.207
Dívida Securitizada	19.095	20.121	20.777
TDA	4.213	4.494	4.859
DÍVIDA CONTRATUAL	-633.361	-677.909	-684.039
<i>Tesouro Nacional</i>	<i>-449.059</i>	<i>-478.661</i>	<i>-482.176</i>
Dívida Bancária	23.976	22.718	22.580
Lei nº 7.976/89	-3.088	-2.074	-1.806
Lei nº 8.727/93	-46.682	-45.082	-43.434
Lei nº 9.496/97	-265.603	-281.881	-285.245
Renegociação Dívidas Municipais	-40.855	-43.600	-44.120
Demais Haveres da STN	-116.806	-128.741	-130.151
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<i>-184.302</i>	<i>-199.248</i>	<i>-201.863</i>
FAT	-129.318	-136.296	-136.889
Demais Entidades	-54.984	-62.951	-64.973
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	47,2%	48,5%	48,4%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-27,1%	-26,7%	-26,8%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-19,2%	-18,9%	-18,9%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	20,0%	21,8%	21,6%

Em dezembro, a Dívida Interna totalizou R\$ 552,5 bilhões, montante esse inferior em R\$ 287,7 milhões ao registrado no mês anterior.

Em dezembro, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 28,8 bilhões, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates totalizaram R\$ 36,1 bilhões, o que resultou em resgate líquido de R\$ 7,3 bilhões. No acumulado do ano, as emissões alcançaram o valor de R\$ 503,4 bilhões e os resgates corresponderam a R\$ 511,2 bilhões, implicando em resgate líquido de R\$ 7,8 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 25,7 bilhões, sendo: i) R\$ 12,3 bilhões em LTN, com vencimentos em julho e outubro de 2008 e janeiro de 2009 e 2010; ii) R\$ 7,6 bilhões em NTN-B, com vencimentos entre novembro de 2009 a maio de 2045; iii) R\$ 5,1 bilhões em LFT, com vencimentos em junho de 2011 e 2013; e iv) R\$ 713,5 milhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2011, 2013 e 2017.

No ano, as emissões por meio de oferta pública totalizaram R\$ 490,9 bilhões, das quais se destacaram as emissões de LTN (R\$ 192,8 bilhões), de LFT (R\$ 109,9 bilhões), NTN-B (R\$ 109,1 bilhões) e NTN-F (R\$ 79,1 bilhões). Os resgates de LTN, LFT, NTN-B e NTN-F atingiram os valores de R\$ 256,1 bilhões, R\$ 147,3 bilhões, R\$ 56,6 bilhões e R\$ 9,2 bilhões, respectivamente. Dessa forma, houve resgates líquidos de LTN (R\$ 63,2 bilhões) e LFT (R\$ 37,4

Emissões e Resgates

bilhões) e emissões líquidas de NTN-B (R\$ 52,5 bilhões) e NTN-F (R\$ 69,9 bilhões).

TABELA 6
EMISSIONES E RESGATES DA DPMFI DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2007

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS		EMISSIONES DIRETAS		TESOURO DIRETO		TOTAL	
	Dez	Ano	Dez	Ano	Dez	Ano	Dez	Ano
I. EMISSIONES	25.652,4	490.896,5	3.129,6	11.753,1	45,5	767,6	28.827,6	503.417,3
LFT	5.070,2	109.858,3	0,0	0,0	6,8	109,8	5.077,0	109.968,1
LTN	12.303,6	192.846,9	0,0	762,6	15,7	283,4	12.319,3	193.892,9
NTN-B	7.565,1	109.119,9	0,0	155,9	15,5	257,1	7.580,6	109.532,9
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	713,5	79.071,4	1.900,0	1.900,0	7,5	117,3	2.621,0	81.088,7
TDA	0,0	0,0	497,1	1.161,6	0,0	0,0	497,1	1.161,6
Securitizada*	0,0	0,0	635,5	4.448,3	0,0	0,0	635,5	4.448,3
Demais	0,0	0,0	97,1	3.324,6	0,0	0,0	97,1	3.324,6
II. RESGATES**	32.162,9	477.012,1	3.899,3	33.583,4	18,9	628,1	36.081,1	511.223,6
LFT	23.866,6	147.313,9	173,3	12.090,5	4,5	140,7	24.044,4	159.545,1
LTN	2.783,0	256.078,6	0,0	334,3	6,5	286,5	2.789,5	256.699,4
NTN-B	5.461,1	56.629,9	326,9	3.032,7	4,9	124,5	5.793,0	59.787,0
NTN-C	18,3	7.783,4	0,0	2.382,6	0,4	22,9	18,7	10.188,9
NTN-D	0,0	46,3	0,0	96,1	0,0	0,0	0,0	142,3
NTN-F	33,9	9.159,8	0,0	0,0	2,6	53,5	36,4	9.213,2
TDA	0,0	0,0	144,9	743,1	0,0	0,0	144,9	743,1
Securitizada*	0,0	0,0	91,2	4.316,1	0,0	0,0	91,2	4.316,1
Demais	0,0	0,3	3.163,0	10.588,1	0,0	0,0	3.163,0	10.588,4
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	-6.510,4	13.884,4	-769,7	-21.830,2	26,6	139,5	-7.253,5	-7.806,3

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

Em dezembro, os resgates de títulos superaram as emissões em R\$ 7,3 bilhões, ao passo que no ano os resgates líquidos perfizeram R\$ 7,8 bilhões.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 3,1 bilhões, sendo as mais importantes: i) R\$ 1,9 bilhão em NTN-F, em virtude de contrato de cessão de crédito celebrado com o BNDES; ii) R\$ 635,5 milhões em títulos da dívida securitizada (CVS - série A, B, C e D) para novação de dívidas com diversos credores; iii) R\$ 497,1 milhões de títulos da dívida agrária, para fins de desapropriação para reforma agrária; iv) R\$ 67,3 milhões em NTN-I para o Proex; e v) R\$ 29,8 milhões em CFT-E1 para o Fies.

EMISSIONES DIRETAS EM 2007

FINALIDADE	(R\$ mil)
MP 2.181-45 - Contrato de Cessão de Crédito celebrado entre a União e o BNDES	1.900.000
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior	697.868
Decreto 1.947/96 - Renegociação e quitação de dívida proveniente do PROAGRO entre a União e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul	7.578
PROEX - Programa de Financiamento às Exportações	354.624
Reforma Agrária - Emissão de Títulos da Dívida Agrária - TDA	1.161.603
Lei 10.179/01 - Emissões realizadas com amparo na Lei nº 10.179/2001.	3.183.129
Securitização - FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais	4.448.339
TOTAL GERAL	11.753.140

No que tange ao total de emissões diretas em 2007, o montante emitido foi de R\$ 11,8 bilhões e a sua composição pode ser observada na tabela acima,

com destaque para: i) R\$ 4,4 bilhões em títulos da dívida securitizada para novação de dívidas no âmbito do FCVS; ii) R\$ 3,2 bilhões em emissões realizadas no amparo na Lei nº 10.179/2001; iii) R\$ 1,9 bilhão em contrato de cessão de crédito celebrado com o BNDES; e iv) R\$ 1,2 bilhão para indenização por desapropriação para reforma agrária.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 45,5 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 15,7 milhões em LTN com vencimentos de julho de 2008 a janeiro de 2010; ii) R\$ 15,5 milhões em NTN-B com vencimentos de maio de 2009 a maio de 2045; iii) R\$ 7,5 milhões em NTN-F com vencimentos de janeiro de 2010 a janeiro de 2017; e iv) R\$ 6,8 milhões em LFT com vencimentos em março de 2011 e 2013.

Em 2007, sexto ano de existência do Tesouro Direto, as vendas de títulos públicos pela internet alcançaram o montante de R\$ 767,6 milhões, totalizando estoque de R\$ 1,4 bilhão. No que diz respeito ao número de investidores cadastrados, verificou-se aumento de 40,7% relativamente ao ano de 2006 (73.198 em 2006, contra 102.993 em 2007).

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em dezembro, atingiu R\$ 36,1 bilhões, sendo R\$ 26,0 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 10,1 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 5,8 bilhões em NTN-B, R\$ 240,6 milhões em LFT e R\$ 18,3 milhões de NTN-C, todas aceitas no leilão de troca de NTN-B; ii) R\$ 2,3 bilhões em LTN e R\$ 33,9 milhões de NTN-F, todas aceitas no leilão de troca de LTN; iii) R\$ 1,6 bilhão em LFT, aceitas no leilão de troca desse título; e iv) R\$ 44,0 milhões de títulos da dívida agrária em decorrência de decisões judiciais.

Em relação à composição da DPMFi, observou-se, em dezembro, aumento de 1,16 ponto percentual na participação de títulos prefixados devido à emissão líquida de R\$ 12,1 bilhões desses títulos. A participação de títulos remunerados pela taxa Selic reduziu 1,42 ponto percentual, devido ao resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 19,0 bilhões.

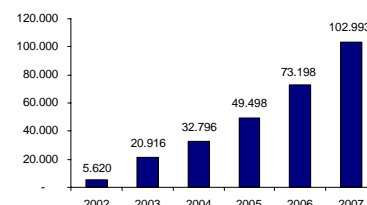
Comparando dezembro de 2007 com dezembro de 2006, destacam-se a redução da participação dos títulos remunerados pela taxa Selic, que passou de 37,5%, em dezembro de 2006, para 33,1% ao de 2007 e o expressivo aumento da participação dos títulos remunerados por índices de preços, a qual passou de 22,9%, em 2006, para 26,7%, em 2007.

Boxe 1 – Tesouro Direto

Em dezembro, o Tesouro Direto, programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas via internet, alcançou R\$ 45,5 milhões em vendas. O título mais demandado pelos investidores foi a LTN, representando 34,5% do montante vendido, seguida pela NTN-B (incluindo NTN-B principal), com 34,0%, e pela NTN-F, com 16,5%.

O volume de vendas e o número de investidores cadastrados em 2007 atingiram, respectivamente, as cifras de R\$ 767,6 milhões e 29.795 pessoas. No mês, ocorreu o cadastro de 2.415 novos investidores no Tesouro Direto. Destaca-se que este número, desde o início do programa, atingiu 102.993 pessoas, apresentando aumento de 40,7% em relação ao número de investidores acumulados até dezembro do ano anterior.

Tesouro Direto: Investidores Cadastrados, 2002-2007



Composição

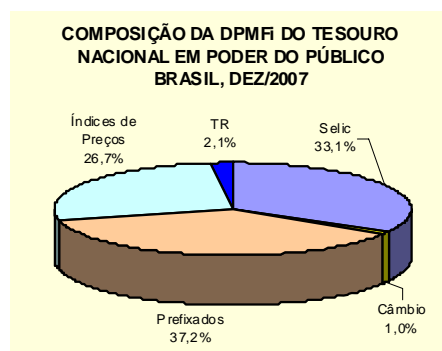
Em 2007, os títulos remunerados pela taxa Selic tiveram sua participação na DPMFi reduzida em 4,42 ponto percentual. Por sua vez, os títulos atrelados a índices de preços e prefixados elevaram-se em 3,74 e 1,14 pontos percentuais, respectivamente.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2006/2007

INDEXADOR	2006			2007		
	DEZ	NOV	DEZ	DEZ	NOV	DEZ
Selic	37,50	34,50	33,08			
Câmbio	1,29	0,96	0,95			
Prefixados	36,09	36,07	37,23			
Índices de Preços	22,92	26,24	26,66			
TR	2,20	2,22	2,07			

(%)

* Não inclui dívida agrícola.



Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou de 13,02% a.a., em novembro, para 14,52% a.a., em dezembro, devido principalmente à maior variação dos índices de preço que remuneram parte dos títulos da DPMFi: i) IPCA (0,74%, em dezembro, contra 0,38%, em novembro); ii) IGP-M (1,76%, em dezembro, contra 0,69%, em novembro) e iii) IGP-DI (1,47%, em dezembro, contra 1,05%, em novembro).

O custo anualizado da DPMFi passou de 13,02% em novembro para 14,52% em dezembro.

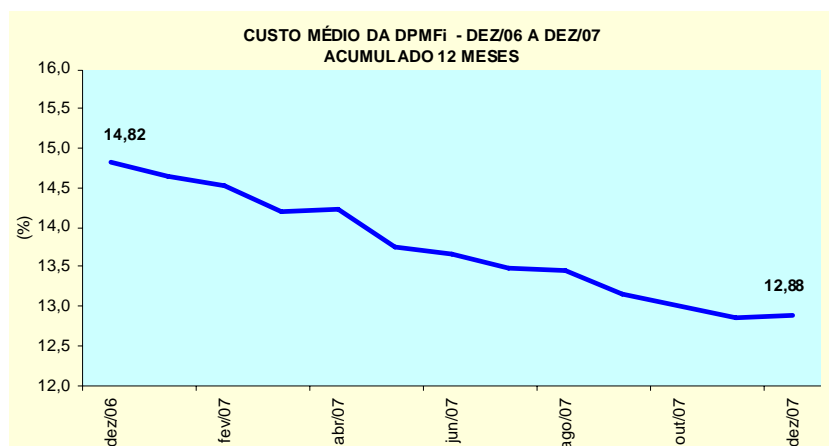
TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007

PERÍODO		(% anual)	
		TOTAL (1)	TOTAL (2)
2006	Dez	14,55	14,19
2007	Jan	14,44	14,21
	Fev	14,14	13,99
	Mar	13,63	13,02
	Abr	13,08	12,86
	Mai	12,84	11,99
	Jun	12,80	12,71
	Jul	12,42	12,01
	Ago	13,24	13,74
	Set	12,98	11,89
	Out	12,73	12,00
	Nov	12,77	13,02
	Dez	14,69	14,52

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi aumentou de 12,85% a.a., em novembro, para 12,88% a.a., em dezembro, em virtude da menor depreciação do dólar americano frente ao real (0,69%, em dezembro de 2007, contra 1,33%, no mesmo mês do ano anterior) e da maior variação do IPCA e IGP-M (0,74% e 1,76%, em dezembro de 2007, contra 0,48% e 0,32%, no mesmo mês do ano anterior, respectivamente).

Comparando-se o custo médio da DPMFi acumulado em 12 meses ao final dos dois anos, observa-se decréscimo de 1,95 ponto percentual, já que seu valor em dezembro de 2006 foi 14,82% a.a.. Dentre os fatores que contribuíram para esse comportamento, ressaltam-se as reduções da taxa Selic ocorridas ao longo do ano.



Em 2007, o custo da DPMFi em poder do público totalizou 12,88% a.a., apresentando redução de 1,95 ponto percentual em relação a 2006.

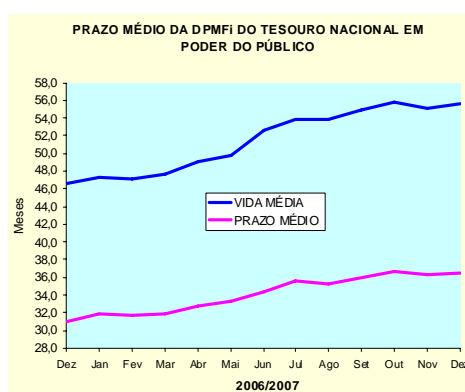
Em dezembro, o prazo médio da DPMFi aumentou 0,14 mês, passando de 36,33 meses para 36,47 meses em virtude, principalmente, do resgate líquido de LFT no valor de R\$ 19,0 bilhões, que resultou no aumento de prazo médio desse título em 0,91 mês. A vida média aumentou de 55,04 meses, em novembro, para 55,63 meses, em dezembro.

Prazo Médio

**TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007**

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
2006			
Dez	46,55	31,06	26,72
2007			
Jan	47,35	31,88	27,64
Fev	47,16	31,64	27,42
Mar	47,62	31,88	27,75
Abr	48,99	32,69	28,72
Mai	49,77	33,28	29,50
Jun	52,52	34,43	30,66
Jul	53,84	35,59	31,88
Ago	53,77	35,26	31,58
Set	54,83	36,05	32,56
Out	55,87	36,74	33,43
Nov	55,04	36,33	34,20
Dez	55,63	36,47	33,09

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007**

TÍTULOS	Meses		
	2006 DEZ	2007 NOV	2007 DEZ
LFT	22,50	25,29	26,19
LTN	9,23	9,85	9,17
NTN-B	57,66	68,37	68,46
NTN-C	81,42	81,38	80,37
NTN-D	16,81	7,29	6,25
TDA	60,39	55,53	56,29
Divida Securitizada*	87,00	88,48	87,86
Demais	59,34	44,92	44,78
TOTAL	31,06	36,33	36,47

(*) Inclui dívida agrícola.

Em comparação com dezembro de 2006, os dois indicadores apresentaram expressiva elevação. O prazo médio passou de 31,06 meses, em dezembro de 2006, para 36,47 meses, em dezembro de 2007. No mesmo período, a vida média passou de 46,55 meses para 55,63 meses.

Em comparação a dezembro de 2006, o prazo médio da DPMFi em poder do público cresceu 5,41 meses e a vida média cresceu 9,08 meses.

Dívida Externa Líquida

A dívida externa líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de dezembro de 2007 com saldo de R\$ 108,6 bilhões, o que representou um decréscimo de R\$ 1,3 bilhão em relação a novembro, alcançando 4,1% do PIB. Dentre os fatores que contribuíram para este resultado destaca-se o cancelamento dos títulos recomprados por meio do Programa de Resgate Antecipado da Dívida Externa. Na moeda norte-americana, o saldo apresentou decréscimo de 0,5%, em razão tanto do referido cancelamento quanto da apreciação da moeda nacional frente às demais que compõem a DPFe.

Em dezembro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 108,6 bilhões, inferior em R\$ 34,6 bilhões ao saldo verificado em igual período de 2006.

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO (*)
BRASIL, 2006/2007

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007	
	DEZ	NOV	NOV	DEZ
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	112.913	85.615	85.615	84.568
Bônus de Renegociação	472	337	337	336
Bônus de Captação	112.441	85.278	85.278	84.232
II. DÍVIDA CONTRATUAL	30.542	24.613	24.613	24.316
Organismos Multilaterais	24.676,3	20.485,7	20.485,7	20.284,3
Bancos Privados/Ag. Governamentais	5.866,0	4.127,2	4.127,2	4.031,8
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	143.455	110.228	110.228	108.884
III. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-246	-300	-300	-280
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III)	143.209	109.927	109.927	108.604
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	6,0%	4,2%	4,2%	4,1%

(*) Apropriada por competência os juros nominais.

Em 2007, o estoque da Dívida Externa Líquida apresentou redução de R\$ 34,6 bilhões, equivalentes a 1,8 ponto percentual do PIB, devido principalmente: i) à apreciação do câmbio durante o ano; ii) aos resultados do Programa de Resgate Antecipado; e iii) aos vencimentos de bônus soberanos e passivos contratuais em montante superior às novas emissões e contratações.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 1,6 bilhões no mês. No ano, tais despesas totalizaram R\$ 35,1 bilhões.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, 2007

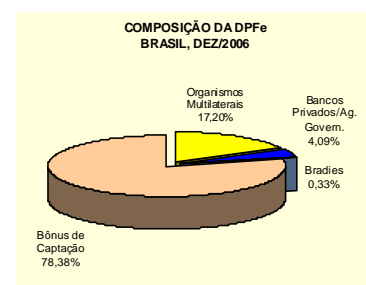
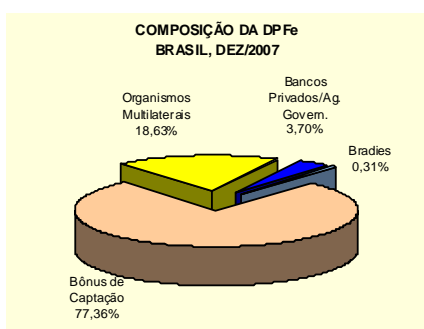
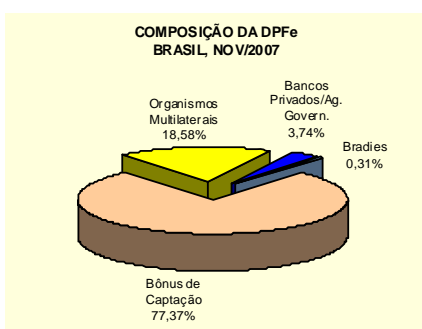
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	DEZEMBRO			JANEIRO-DEZEMBRO		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS	1.122,6	496,6	1.619,2	20.866,3	14.205,8	35.072,1
I.1. Organismos Multilaterais	41,8	73,5	115,3	1.334,3	1.202,7	2.537,1
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	105,1	16,3	121,4	1.297,8	313,8	1.611,6
I.3. Dívida Mobiliária	975,7	406,8	1.382,5	18.234,2	12.689,2	30.923,4
PAGAMENTO NORMAL	0,0	107,5	107,5	7.520,6	9.471,9	16.992,5
Bônus de Renegociação	0,0	0,0	0,0	61,9	25,4	87,3
Globais	0,0	107,5	107,5	3.001,2	8.081,1	11.082,3
Euros	0,0	0,0	0,0	3.393,9	1.338,7	4.732,6
Demais	0,0	0,0	0,0	1.063,7	26,7	1.090,4
RECOMPRAS	975,7	299,3	1.275,0	10.713,6	3.217,3	13.930,9
Bônus de Renegociação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Globais	975,7	299,3	1.275,0	10.630,6	3.196,1	13.826,7
Euros	0,0	0,0	0,0	82,9	21,3	104,2
Demais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

No mês, foram cancelados no âmbito do Programa de Resgate Antecipado o equivalente a R\$ 1,3 bilhão, sendo R\$ 975,7 milhões em principal e R\$ 299,3 milhões em juros, ágio e encargos. Os demais pagamentos referentes ao serviço da DPFe totalizaram R\$ 236,8 milhões, sendo R\$ 146,9 milhões referentes ao pagamento de principal e R\$ 89,8 milhões ao pagamento de juros e encargos. No ano, o serviço da DPFe totalizou R\$ 35,1 bilhões, dos quais R\$ 13,9 bilhões referiram-se ao Programa de Resgate Antecipado.

A composição da DPFe permaneceu praticamente estável em dezembro, já que a redução no estoque da dívida mobiliária, devida aos cancelamentos do Programa de Resgate Antecipado, foi compensada pela redução na mesma proporção na dívida contratual, devido aos pagamentos ocorridos no mês.

Composição



Em 2007, houve redução de 1,04 ponto percentual na participação dos bônus de captação, devido ao Programa de Resgate Antecipado e aos vencimentos dos títulos ocorridos no período. A participação da dívida contratual junto aos organismos multilaterais cresceu 1,43 ponto percentual, apesar de seu estoque ter se mantido praticamente constante durante o ano.

O prazo médio da dívida externa mobiliária passou de 6,23 anos, em novembro, para 6,15 anos, em dezembro. Uma vez que não houve emissão de títulos no mercado externo durante o mês de dezembro, esta redução é resultado natural da aproximação dos vencimentos. A vida média também reduziu-se, ao passar de 13,90 anos, em novembro, para 13,83 anos, em dezembro. Já em relação a dezembro de 2006, o prazo médio e a vida média, que eram de 6,01 anos e 13,82 anos, aumentaram 0,14 e 0,01 ano, respectivamente.

Custo e Prazo Médios

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL
EXTERNA
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	
	DEZ	NOV	DEZ
PRAZO MÉDIO (1)	6,01	6,23	6,15
Bônus de Renegociação	3,06	2,77	2,68
Bônus de Captação	6,02	6,25	6,17
Globais	6,61	6,65	6,58
Euros	3,40	3,50	3,42
Reais	6,01	6,88	6,79
Demais	0,38	-	-
VIDA MÉDIA (2)	13,82	13,90	13,83
Bônus de Renegociação	6,71	5,86	5,77
Bônus de Captação	13,85	13,93	13,86
Globais	15,98	15,62	15,59
Euros	5,05	4,46	4,37
Reais	11,79	14,31	14,22
Demais	0,52	-	-
CUSTO MÉDIO (3)	3,66	(4,93)	(4,19)
Bônus de Renegociação	(3,38)	(12,77)	(12,22)
Bônus de Captação	3,92	(4,90)	(4,16)
Globais	1,15	(9,13)	(8,56)
Euros	11,36	(0,52)	0,92
Reais	12,98	12,17	12,08
Demais	1,42	-	-

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em reais acumulado em 12 meses (%). Considera a *yield* de emissão do título mais a variação cambial, ponderada pelo seu respectivo estoque.

Em dezembro, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa reduziu-se para 6,15 anos. Na ausência de emissões no mês, essa redução é explicada basicamente pela aproximação do vencimento dos títulos no estoque.

O custo médio da dívida mobiliária externa acumulado em 12 meses encerrou o mês de dezembro em -4,19% a.a., fato decorrente da depreciação de 0,70% do dólar americano frente ao real em dezembro de 2007, contra depreciação de 1,33% no mesmo mês do ano anterior. Já em relação a dezembro de 2006, houve redução de 7,85 pontos percentuais neste indicador, devido principalmente a maior depreciação do dólar americano frente ao real em 2007 (-17,15%) quando comparada a 2006 (-8,66%).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público

Tabela A6 – Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6-B – Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional (juros nominais por competência)

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Outras Informações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Dezembro 2006/2007

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Dezembro 2006/2007

Tabela A11 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Dezembro 2006/2007

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Dez/2006	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2007
I. RECEITA TOTAL	57.649,4	52.086,5	43.202,6	47.712,6	54.987,1	48.241,9	49.433,2	50.874,9	48.673,0	49.294,9	54.692,0	52.552,1	67.121,6
I.1. Receitas do Tesouro	40.074,7	42.552,2	32.631,6	37.043,0	44.277,9	37.301,7	38.405,3	39.608,0	36.891,7	37.834,8	42.886,6	40.627,7	47.081,3
I.1.1. Receita Bruta	41.495,4	43.111,8	32.738,7	37.416,3	45.169,2	37.644,4	39.635,9	40.913,9	38.808,9	39.374,0	44.584,6	42.689,0	48.837,2
- Impostos	20.986,1	17.091,3	14.290,3	16.662,8	19.256,3	15.559,1	18.958,1	17.117,5	16.704,6	16.364,9	19.436,0	18.950,0	24.016,6
- Contribuições	17.294,4	19.122,0	15.623,4	16.495,9	18.046,1	16.522,9	17.597,0	18.634,0	18.035,5	18.512,3	19.522,3	19.796,9	20.239,2
- Demais ¹	3.214,9	6.898,5	2.825,0	4.257,6	7.866,8	5.562,4	3.080,8	5.162,3	4.068,8	4.496,7	5.626,4	3.942,1	4.581,4
I.1.2. (-) Restituições	-1.420,8	-559,7	-107,1	-373,3	-891,3	-342,7	-1.230,6	-1.305,9	-1.917,3	-1.529,2	-1.698,0	-2.061,3	-1.756,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-10,1	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	17.391,1	9.477,2	10.436,8	10.534,0	10.622,1	10.837,5	10.928,8	11.195,1	11.684,0	11.392,6	11.711,9	11.763,4	19.828,3
I.3. Receitas do Banco Central	183,6	57,1	134,3	135,6	87,2	102,7	99,1	71,8	97,3	67,5	93,5	161,0	212,0
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.285,7	8.133,4	8.892,8	7.648,8	8.570,4	9.423,7	9.678,0	7.733,1	8.487,2	7.896,9	8.123,3	9.551,4	11.465,8
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	7.277,9	6.399,7	6.853,1	5.707,8	7.076,5	7.285,6	7.453,1	5.858,6	6.164,5	6.401,7	6.066,9	7.055,4	9.915,9
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	1.133,6	3,9	0,0	975,0	0,0	216,7	1.082,6	270,8	271,6	270,8	269,5	268,8	258,2
II.3. Transferências da Cide	0,0	479,1	0,0	0,0	434,5	0,0	0,0	465,9	0,0	0,0	470,8	0,0	0,0
II.4. Demais	874,2	1.250,8	2.039,7	965,9	1.059,4	1.921,4	1.142,3	1.137,7	2.051,1	1.224,3	1.316,1	2.227,2	1.291,7
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	48.363,7	43.953,0	34.309,8	40.063,8	46.416,7	38.818,2	39.755,2	43.141,8	40.185,8	41.398,0	46.568,7	43.000,7	55.655,8
IV. DESPESA TOTAL	54.153,9	32.397,3	30.810,3	36.199,5	32.146,6	34.576,0	34.556,8	37.979,2	36.522,2	41.359,3	36.690,7	38.496,6	63.708,2
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	13.016,5	10.437,4	8.902,6	9.848,3	8.467,6	8.656,1	9.030,9	11.104,7	8.682,0	8.962,2	9.015,0	10.024,7	13.240,5
IV.2. Benefícios Previdenciários	19.446,0	13.173,2	13.232,3	15.225,4	13.486,7	14.187,3	14.315,3	14.407,9	14.270,4	20.550,4	14.406,3	14.324,1	23.714,2
IV.3. Custeio e Capital	21.359,0	8.677,6	8.447,4	10.893,4	9.991,7	11.537,3	11.031,8	12.306,0	13.362,0	11.678,2	13.071,8	13.899,0	26.396,6
IV.3.1. Despesa do FAT	1.807,6	851,1	821,2	1.154,1	1.103,1	1.205,7	1.407,9	2.656,8	2.300,4	1.626,2	1.957,1	1.739,9	1.648,8
- Abono e Seguro Desemprego	1.665,3	842,6	804,7	1.120,7	1.007,0	1.175,2	1.368,3	2.584,1	2.271,9	1.555,2	1.917,6	1.710,5	1.460,5
- Demais Despesas do FAT	142,3	8,5	16,5	33,3	96,1	30,5	39,6	72,7	28,4	71,0	39,5	29,4	188,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	3.660,4	335,4	341,8	463,5	465,5	761,2	836,3	364,2	657,3	522,5	1.200,6	2.017,4	2.055,1
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	3.453,6	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8	583,3	179,9	546,9	339,1	922,0	1.934,4	1.880,0
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	206,8	188,4	100,0	98,8	246,0	317,4	253,0	184,3	110,5	183,3	278,6	83,0	175,2
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁴	1.037,2	1.052,8	1.046,3	1.049,5	1.057,3	1.149,8	1.152,7	1.159,1	1.164,0	1.169,7	1.182,2	1.184,3	1.824,4
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	14.853,8	6.438,3	6.238,1	8.226,4	7.365,8	8.420,6	7.634,9	8.125,9	9.240,3	8.359,8	8.732,0	8.957,4	20.868,2
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	111,8	-6,7	74,9	64,4	28,8	53,9	11,3	11,7	38,1	11,1	38,6	64,6	130,2
IV.5. Despesas do Banco Central	220,7	115,8	153,1	167,9	171,9	141,4	167,6	148,9	169,7	157,4	159,1	184,2	226,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	-5.790,2	11.555,8	3.499,5	3.864,4	14.270,1	4.242,2	5.198,4	5.162,7	3.663,5	38,7	9.878,0	4.504,1	-8.052,4
V.1. Tesouro Nacional	-3.698,3	15.310,5	6.313,9	8.588,1	17.219,4	7.630,7	8.653,4	8.452,5	6.322,3	9.286,4	12.637,9	7.088,0	-4.151,9
V.2. Previdência Social (RGPS) ⁵	-2.054,9	-3.696,0	-2.795,6	-4.691,4	-2.864,6	-3.349,8	-3.386,4	-3.212,8	-2.586,4	-9.157,7	-2.694,4	-2.560,6	-3.885,9
V.3. Banco Central ⁶	-37,0	-58,7	-18,8	-32,3	-84,7	-38,7	-68,5	-77,1	-72,5	-89,9	-65,6	-23,2	-14,6
VI. AJUSTE METODOLÓGICO⁷	56,3	97,9	258,8	258,2	213,1	237,3	133,9	158,4	305,4	101,0	23,8	0,0	0,0
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-29,3	151,7	-1.098,4	-209,4	435,9	865,5	141,4	-369,1	-523,2	672,1	115,9	279,5	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL⁸	-5.763,2	11.805,3	2.659,9	3.913,2	14.919,1	5.345,0	5.473,8	4.951,9	3.445,7	811,8	10.017,7	4.783,6	nd
IX. JUROS NOMINAIS⁸	-7.551,7	-11.132,1	-7.659,4	-11.417,1	-10.458,0	-14.494,5	-8.229,7	-11.434,5	-8.118,2	-8.806,4	-10.276,6	-7.499,2	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL⁸	-13.315,0	673,2	-4.999,4	-7.503,9	4.461,0	-9.149,6	-2.755,9	-6.482,6	-4.672,5	-7.994,6	-259,0	-2.715,5	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	1.136,1	584,2	662,0	607,0	635,3	585,0	678,6	581,4	655,4	634,8	635,9	961,0	1.043,2
RMV ⁴	157,5	160,9	152,0	153,7	152,8	163,8	162,3	160,7	159,1	157,5	156,0	154,6	234,5

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁵ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁶ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

⁷ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

⁸ Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Dez/2006	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2007
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	66.730,8	41.189,9	48.707,5	48.292,0	53.863,8	52.692,5	52.112,3	50.154,1	53.453,5	52.979,0	53.302,0	58.932,5	80.050,6
I.1 - Recolhimento Bruto	46.241,4	29.469,8	34.885,4	33.536,5	39.915,5	39.617,6	37.120,5	35.194,6	39.700,5	36.900,6	37.968,9	44.190,3	56.125,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-10,1	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.259,5	1.727,1	1.107,7	1.546,6	1.520,1	1.430,1	1.133,1	1.836,8	1.507,8	1.186,2	1.601,6	1.532,3	1.334,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	442,7	134,1	346,3	187,7	166,1	118,5	116,8	118,5	141,5	129,5	345,5	331,8	304,2
I.5 - Receita do Salário Educação	393,7	691,8	430,3	593,3	593,1	612,9	633,1	644,1	666,5	673,8	688,2	686,3	712,1
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	18.388,5	9.164,2	11.867,2	12.390,9	11.609,4	10.822,2	13.090,2	12.321,2	11.331,8	14.095,6	12.686,9	12.188,3	21.571,5
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	5,2	3,0	70,6	37,0	59,6	91,3	18,6	38,8	105,4	3,4	10,9	3,6	3,6
II. DESPESAS	58.705,9	51.297,5	45.620,2	52.286,7	47.558,3	60.092,7	56.541,7	56.176,3	48.238,0	59.494,5	48.887,3	60.631,1	59.019,1
II.1 - Liberações Vinculadas	10.664,5	9.565,2	10.064,4	8.543,6	10.279,8	11.040,7	11.468,5	9.330,3	10.136,8	9.820,6	9.804,5	11.408,9	11.978,1
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	7.750,5	6.820,1	7.305,0	6.082,7	7.542,1	7.766,1	7.944,0	6.240,4	6.567,3	6.816,5	6.459,5	7.515,7	10.538,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	498,0	951,6	505,3	440,8	813,2	1.251,5	478,0	940,2	1.377,3	540,4	1.099,0	1.527,2	556,4
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	646,1	3,9	650,0	325,0	0,0	216,7	1.082,6	270,8	271,6	270,8	269,8	268,8	258,2
II.1.4 - Outras Vinculações	1.769,8	1.789,6	1.604,1	1.695,1	1.924,5	1.806,4	1.963,9	1.878,9	1.920,6	2.192,9	1.976,2	2.097,2	624,7
II.2 - Liberações Ordinárias	48.041,4	41.732,3	35.555,7	43.743,1	37.278,5	49.052,0	45.073,2	46.846,0	38.101,2	49.673,9	39.082,8	49.222,3	47.041,0
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.131,4	10.851,7	9.489,4	10.601,4	9.262,7	9.330,4	11.788,0	9.354,5	9.548,9	9.738,0	9.539,9	13.737,7	12.423,1
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	444,2	362,4	3.267,0	1.745,4	1.853,8	3.872,8	639,9	993,1	717,5	267,2	588,2	606,1	130,5
i) Dívida Contratual Interna	411,1	91,9	114,7	118,4	122,9	112,7	115,2	103,7	110,1	116,2	429,9	288,2	110,9
ii) Dívida Contratual Externa	33,1	270,5	3.152,3	1.627,1	1.731,0	3.760,1	524,6	889,4	607,4	151,0	158,2	317,9	19,6
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	4.019,4	13.221,9	2.514,3	9.801,4	4.696,1	8.100,0	9.400,0	14.530,0	3.005,0	9.732,0	5.015,7	6.323,0	-1.346,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	17.528,7	12.190,2	13.141,7	13.049,9	13.910,7	13.812,6	14.214,2	13.621,3	15.289,0	20.172,9	14.092,7	16.919,7	17.734,4
II.2.5 - Custeio e Investimento	14.660,3	4.836,1	6.597,9	8.101,2	7.260,7	13.499,2	8.567,0	8.214,2	8.948,3	9.530,9	9.515,3	11.220,2	17.525,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	1.257,4	269,9	545,5	443,7	294,5	437,1	464,1	133,0	592,4	232,9	331,1	415,6	574,1
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	8.024,9	-10.107,7	3.087,4	-3.994,7	6.305,5	-7.400,2	-4.429,4	-6.022,2	5.215,5	-6.515,5	4.414,7	-1.698,7	21.031,5
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	43.226,0	55.420,0	29.251,3	43.442,9	51.770,7	36.079,5	46.413,0	19.602,6	12.357,6	34.026,6	66.595,0	21.385,5	16.462,8
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	42.429,6	54.449,9	27.611,6	42.771,4	51.103,5	34.980,9	45.423,5	18.954,7	11.624,7	33.394,2	65.454,7	20.785,2	15.540,3
IV.2 - Outras Operações de Crédito	796,4	970,2	1.639,7	671,5	667,2	1.098,6	989,5	647,9	732,8	632,5	1.140,4	600,3	922,4
V. DESPESAS	16.397,4	45.374,3	6.946,1	29.914,6	36.063,9	19.313,8	21.962,2	46.243,8	5.482,3	23.829,6	41.292,2	7.071,0	19.498,1
V.1 - Amortização da Dívida Interna	16.289,2	45.219,4	2.651,5	27.192,2	31.676,6	16.646,8	21.863,7	44.186,8	3.979,1	23.504,8	40.341,6	5.985,0	19.397,8
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	15.992,9	45.123,6	2.518,2	27.060,3	31.535,8	16.511,0	21.726,5	44.050,5	3.840,5	23.363,0	40.047,5	5.766,0	19.251,4
V.1.2 - Dívida Contratual	296,3	95,8	133,3	132,0	140,8	135,8	137,2	136,3	138,6	141,7	294,1	219,0	146,3
V.2 - Amortização da Dívida Externa	108,2	154,9	4.294,6	2.722,4	4.387,3	2.667,0	98,5	2.057,0	1.503,1	324,8	950,6	1.085,9	100,3
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	26.436,7	9.326,3	25.093,4	15.711,2	19.567,7	18.469,9	23.697,0	-25.095,8	7.784,2	10.031,1	25.407,2	15.019,2	-3.711,1
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	3.763,0	-13.140,8	9.897,4	-4.927,9	-18.948,7	12.177,6	-411,6	-2.721,9	4.902,5	2.438,7	276,9	683,1	4.854,6
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	38.616,5	-13.202,7	35.289,9	4.605,7	3.063,7	21.543,1	19.609,7	-35.385,3	16.993,4	6.120,3	29.994,5	13.299,0	22.850,8

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Dez/2006	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2007
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	18.263,0	15.259,2	10.497,4	13.672,1	7.051,3	16.777,6	10.788,4	29.278,1	5.502,5	2.438,7	15.476,9	2.483,1	10.154,6
I.1. Emissão de Títulos	15.590,5	13.327,0	8.515,2	11.094,8	4.751,5	14.788,6	7.756,0	26.899,0	2.578,8	0,0	13.292,7	0,0	8.119,4
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.597,8	1.842,7	1.874,4	2.405,0	2.099,0	1.830,0	2.807,3	2.200,3	2.750,3	2.268,5	2.029,7	2.344,6	1.940,9
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	74,7	89,5	107,7	172,3	200,8	159,0	225,1	178,8	173,4	170,3	154,5	138,5	94,4
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	14.500,0	28.400,0	600,0	18.600,0	26.000,0	4.600,0	11.200,0	32.000,0	600,0	0,0	15.200,0	1.800,0	5.300,0
II.1. Resgate de Títulos	12.101,9	22.300,0	0,0	13.500,0	22.500,0	3.600,0	7.500,0	26.500,0	0,0	0,0	13.500,0	0,0	4.853,5
II.2. Encargos da DPMF	2.398,1	6.100,0	600,0	5.100,0	3.500,0	1.000,0	3.700,0	5.500,0	600,0	0,0	1.700,0	1.800,0	446,5
III. RESULTADO (I - II)	3.763,0	-13.140,8	9.897,4	-4.927,9	-18.948,7	12.177,6	-411,6	-2.721,9	4.902,5	2.438,7	276,9	683,1	4.854,6

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Dez/2006	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2007
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	181,3	0,8	99,0	89,6	104,6	100,2	109,5	0,6	194,5	82,2	67,5	58,9	49,4
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	56,6	4,7	0,0	0,1	0,3	0,4	0,7	2,6	16,9	0,1	0,1	0,2	1,5
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	75,8	166,7	210,1	124,0	44,2	181,3	162,8	53,0	71,5	88,6	5,1	-4,1	-15,7
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,7	0,0	0,4	0,4	0,8	1,6	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	22,5	1,9
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-113,2	12,8	-105,2	-2,0	43,4	47,6	98,6	53,0	0,5	40,6	-60,9	-136,8	-116,0
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	188,2	154,0	314,9	125,6	0,0	132,0	61,0	0,0	71,0	48,0	66,0	110,2	98,5
IV. PRONAF	362,7	26,7	82,7	29,9	47,0	77,2	106,3	6,9	223,1	42,3	73,6	110,0	74,8
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	365,8	7,8	33,6	30,1	29,2	31,5	42,7	8,6	205,2	34,9	36,9	47,1	58,6
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	-3,1	18,9	49,1	-0,2	17,7	45,7	63,6	-1,8	17,9	7,4	36,7	63,0	16,2
V. PROEX	274,0	-36,0	-131,2	147,2	7,4	65,7	45,0	26,0	21,9	22,2	-71,8	35,0	102,6
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	134,1	0,0	0,4	84,1	12,6	48,2	29,3	23,9	40,7	18,7	22,4	28,1	74,4
V.2. Concessão de Financiamento ¹	139,9	-36,0	-131,6	63,1	-5,2	17,5	15,7	2,1	-18,9	3,5	-94,2	6,9	28,2
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	138,1	2,2	14,6	13,6	22,1	39,6	68,9	36,4	17,8	17,8	82,4	48,6	177,6
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7	69,6	54,1	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	466,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	454,4	983,9	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	554,7	23,6	19,4	27,9	42,1	35,1	88,9	51,1	60,5	118,9	208,7	250,4	595,3
XI. FUNCAFÉ	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,5	1,9
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	1.344,2	-41,6	-52,8	-67,6	-48,2	-58,4	-68,3	-50,8	-60,0	-83,8	-49,8	303,6	743,6
XIII. TOTAL	3.453,6	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8	583,3	179,9	546,9	288,3	770,4	1.787,1	1.731,2

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Dez/2006	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2007
I. DÍVIDA INTERNA	467.598,2	443.788,8	478.535,3	498.630,5	506.658,3	533.670,9	552.295,8	519.678,8	536.503,2	542.769,1	534.257,7	552.789,0	552.501,3
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2	1.161.265,3	1.184.625,8	1.210.401,3	1.182.605,1	1.200.095,6	1.212.089,4	1.210.350,4	1.230.697,5	1.236.540,4
Dívida Bancária	23.976,0	23.871,9	23.784,4	23.593,2	23.506,0	23.412,4	23.313,9	23.209,3	23.106,8	22.988,8	22.846,5	22.717,6	22.579,9
INSS	-17.983,6	-18.030,4	-18.107,9	-18.149,6	-18.189,5	-18.215,0	-18.244,1	-18.291,6	-18.359,2	-18.614,4	-18.832,2	-18.973,5	-19.172,7
Lei 7.976/89	-3.088,0	-3.048,1	-3.016,7	-2.903,6	-2.872,0	-2.725,4	-2.388,7	-2.304,5	-2.362,4	-2.237,8	-2.116,0	-2.074,3	-1.805,9
Bônus Renegociação	-10.018,5	-9.993,5	-9.963,6	-9.533,7	-9.161,8	-8.674,6	-8.650,7	-8.342,2	-8.750,6	-8.223,8	-7.475,8	-7.581,7	-7.523,3
Lei 8.727/93	-46.682,4	-46.527,4	-46.418,0	-46.155,2	-46.040,1	-45.895,8	-45.740,0	-45.591,8	-45.449,8	-45.330,4	-45.196,1	-45.081,8	-43.434,2
Lei 9.496/97	-265.603,2	-266.686,0	-268.057,7	-268.875,4	-268.896,7	-269.632,1	-270.548,2	-271.119,4	-272.293,2	-276.486,2	-279.507,4	-281.881,0	-285.245,0
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-40.855,1	-40.956,2	-41.249,3	-41.422,7	-41.587,9	-41.722,1	-42.010,8	-42.092,3	-42.355,8	-43.149,3	-43.204,6	-43.600,1	-44.119,5
Recebíveis das Estatais	-33.439,4	-34.474,4	-34.458,3	-34.359,3	-33.449,7	-33.355,5	-38.637,3	-37.307,0	-37.688,4	-37.949,9	-37.426,1	-37.746,7	-38.064,8
Outros	-41.863,6	-41.899,9	-41.327,7	-41.322,6	-41.531,6	-40.636,2	-40.553,4	-40.630,9	-40.661,2	-41.674,6	-41.988,0	-42.162,5	-42.525,9
Fat	-129.318,1	-132.433,3	-133.359,7	-134.147,9	-134.482,8	-135.243,4	-135.170,2	-136.534,7	-136.351,5	-135.924,9	-135.610,9	-136.296,4	-136.889,5
Demais Entidades	-54.984,3	-55.444,1	-56.042,4	-56.340,8	-56.733,3	-57.532,1	-58.275,3	-59.112,0	-60.243,7	-61.486,5	-62.123,7	-62.951,4	-64.973,5
Créditos das Operações Oficiais	-13.177,2	-13.092,6	-12.873,0	-12.755,1	-12.710,3	-12.504,3	-12.658,8	-12.623,1	-12.838,5	-12.517,3	-12.104,3	-12.112,9	-11.937,6
Arrecadação a Recolher	-324,0	-12.962,0	-8.793,0	-10.275,0	-12.457,4	-8.231,0	-8.542,0	-12.186,0	-9.345,0	-8.714,0	-13.354,0	-10.164,0	-10.927,2
II. DÍVIDA EXTERNA (*)	143.208,5	140.250,3	140.055,2	135.344,4	134.187,3	125.124,8	126.175,9	118.018,8	122.892,6	114.797,9	107.803,5	109.927,2	108.604,2
Dívida Mobiliária	112.912,6	110.310,2	110.001,5	106.756,7	106.188,2	98.810,9	100.076,6	92.386,2	96.070,6	89.728,9	84.156,7	85.614,8	84.568,0
Dívida Contratual	30.542,3	30.219,4	30.341,6	28.867,2	28.284,5	26.568,9	26.362,3	25.890,4	27.116,4	25.354,5	23.955,1	24.612,8	24.316,1
Disponibilidades	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5	-308,3	-300,5	-279,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	610.806,7	584.039,1	618.590,6	633.974,9	640.845,5	658.795,7	678.471,6	637.697,5	659.395,8	657.567,0	642.061,2	662.716,2	661.105,5
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	26,2%	24,8%	26,1%	26,6%	26,6%	27,1%	27,7%	25,8%	26,5%	26,3%	25,5%	26,1%	25,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA. Ver Tabela A7.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver Tabela A6-B.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Dez/2006	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2007
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	109.032,8	107.531,2	107.652,2	104.049,4	103.573,9	95.942,2	96.651,8	90.163,1	93.711,0	87.340,8	81.989,1	83.021,4	81.462,9
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	463,5	460,6	459,2	412,7	409,4	388,3	387,7	378,0	395,0	342,8	325,1	332,5	330,2
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	108.569,3	107.070,6	107.193,0	103.636,7	103.164,5	95.553,9	96.264,0	89.785,2	93.316,0	86.998,0	81.664,0	82.688,9	81.132,7
A-Bond	9.639,3	9.579,4	9.550,1	8.879,4	8.807,9	8.260,7	8.249,1	7.843,8	8.196,4	7.353,0	6.973,5	6.912,9	6.487,0
Euro 2007	1.707,7	1.674,0	1.697,5	1.658,5	1.681,2	1.571,7	1.578,8	1.555,9	1.619,9	1.588,7	-	-	-
Euro 2009	799,0	725,2	735,4	718,5	728,3	680,9	684,0	674,0	701,8	688,2	661,3	687,4	684,3
Euro 2010	1.219,9	1.195,9	1.187,4	1.160,1	1.176,0	1.099,4	1.104,3	1.088,3	1.133,1	1.111,3	1.067,7	1.109,9	1.104,9
Euro 2011	2.820,2	2.764,7	2.803,4	2.738,9	2.776,5	2.595,7	2.607,3	2.569,5	2.675,2	2.623,7	2.520,8	2.620,4	2.608,6
Euro 2012	2.820,2	2.764,7	2.803,4	2.738,9	2.776,5	2.595,7	2.607,3	2.569,5	2.675,2	2.623,7	2.520,8	2.620,4	2.608,6
Euro 2015	2.256,2	2.211,7	2.242,8	2.191,1	2.221,2	2.076,6	2.085,8	2.055,6	2.140,1	2.098,9	2.016,6	2.096,3	2.086,9
Eurolibra 2007	591,1	586,8	585,6	568,0	572,8	537,8	544,6	-	-	-	-	-	-
Eurolira 2017	1.092,3	1.070,8	1.085,8	1.060,9	1.075,4	1.005,4	1.009,9	995,2	1.036,2	1.016,2	976,4	1.015,0	1.010,4
Global 2007	3.272,6	2.037,6	2.031,4	1.966,3	1.950,5	1.849,8	1.847,2	-	-	-	-	-	-
Global 2008	3.374,3	3.334,4	3.334,1	3.227,4	3.201,5	3.002,0	2.997,8	2.922,2	3.053,6	2.862,0	2.714,3	2.776,1	2.756,8
Global 2009	2.815,0	2.709,3	2.701,0	2.598,2	2.577,3	2.433,0	2.429,6	2.368,3	2.474,8	2.319,5	2.199,8	2.249,9	2.234,2
Global 2010	3.002,6	2.955,5	2.946,4	2.811,1	2.788,5	2.542,9	2.539,3	2.458,4	2.568,9	2.380,1	2.257,3	2.294,0	2.251,5
Global 2011	1.849,0	1.608,3	1.603,4	1.521,3	1.509,1	1.371,6	1.369,6	1.335,1	1.395,1	1.247,8	1.183,4	1.188,9	1.180,7
Global 2012	2.449,2	2.355,7	2.348,5	2.191,3	2.173,7	1.925,3	1.922,6	1.777,7	1.857,6	1.665,1	1.579,2	1.586,9	1.575,9
Global 2013	2.664,9	2.648,3	2.640,2	2.555,7	2.535,1	2.261,4	2.258,2	2.173,0	2.270,7	1.920,5	1.821,3	1.853,9	1.841,0
Global 2014	2.509,2	2.493,6	2.485,9	2.406,4	2.387,0	1.983,3	1.980,5	1.854,7	1.938,1	1.708,0	1.619,8	1.444,1	1.407,5
Global 2015	4.489,8	4.461,9	4.448,2	4.305,8	4.271,2	3.906,0	3.900,6	3.459,3	3.614,8	3.364,1	3.190,4	3.200,6	3.134,1
Global 2017	3.207,0	3.187,1	3.177,3	3.022,5	4.066,0	3.856,1	3.850,7	3.753,5	3.922,3	3.676,2	3.486,5	3.565,8	3.508,1
Global 2019	3.207,0	3.187,1	3.177,3	2.983,3	2.959,3	2.739,0	2.735,2	2.656,8	2.776,2	2.574,5	2.441,6	2.497,2	2.360,3
Global 2020	1.625,0	1.614,9	1.610,0	1.558,4	1.545,9	1.398,8	1.396,8	1.350,3	1.411,0	1.322,5	1.254,2	1.234,0	1.210,2
Global 2024	5.988,7	5.951,4	5.933,2	5.677,7	5.632,0	5.198,5	5.191,3	4.972,4	5.195,9	4.765,4	4.519,5	4.593,5	4.458,3
Global 2025	4.810,5	4.780,6	4.766,0	4.474,0	4.438,0	3.948,5	3.942,9	3.587,1	3.748,4	3.443,4	3.265,7	3.330,0	3.298,0
Global 2027	7.345,7	7.300,0	7.277,7	7.032,4	6.975,8	6.445,9	6.436,9	5.583,9	5.834,9	5.428,4	5.148,2	5.222,7	4.935,9
Global 2030	2.173,7	2.160,2	2.153,6	2.048,8	2.032,3	1.840,4	1.837,8	1.689,4	1.765,3	1.645,4	1.560,5	1.558,4	1.495,4
Global 2034	5.767,9	5.732,0	5.714,5	5.449,6	5.405,7	4.723,5	4.716,9	4.597,9	4.804,5	4.493,9	4.262,0	4.314,8	4.263,5
Global 2037	4.276,1	5.311,8	5.295,6	5.102,0	5.061,0	4.799,7	4.793,0	4.672,0	4.882,1	4.575,7	4.339,6	4.438,4	4.407,5
Global 2040	11.026,3	10.957,7	10.924,2	10.359,3	10.275,9	8.613,1	8.601,1	8.188,8	8.556,9	7.451,8	7.067,2	7.228,1	7.177,9
Global BRL 2016	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Global BRL 2022	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0
Global BRL 2028	-	-	1.500,0	2.250,0	2.250,0	3.037,5	3.787,5	3.787,5	3.787,5	3.787,5	3.787,5	3.787,5	3.787,5
Marco Alemão 2007	1.326,4	1.300,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marco Alemão 2008	927,5	909,2	922,0	900,7	913,1	853,7	857,5	845,0	879,8	862,8	829,0	861,8	857,9
Samurai 2007	1.114,8	1.090,7	1.111,1	1.080,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
II. DÍVIDA CONTRATUAL	30.163,3	29.797,1	29.937,0	28.506,5	27.961,0	26.290,2	26.106,2	25.619,8	26.788,6	25.058,1	23.694,2	24.377,8	24.084,5
III. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5	-308,3	-300,5	-279,9
IV. TOTAL (I+II+III) (*)	138.949,8	137.049,0	137.301,4	132.276,4	131.249,5	121.977,4	122.494,9	115.525,0	120.205,2	112.113,4	105.375,0	107.098,8	105.267,5
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	6,0%	5,8%	5,8%	5,5%	5,4%	5,0%	5,0%	4,7%	4,8%	4,5%	4,2%	4,2%	4,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver tabela A6-B.

TABELA A6-B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL
(incorpora juros nominais por competência)

R\$ milhões

	Dez/2006	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2007
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	112.912,6	110.310,2	110.001,5	106.756,7	106.188,2	98.810,9	100.076,6	92.386,2	96.070,6	89.728,9	84.156,7	85.614,8	84.568,0
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	471,8	471,3	472,0	413,9	412,6	393,3	394,7	386,7	406,1	343,7	327,7	336,8	336,1
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	112.440,8	109.838,9	109.529,5	106.342,8	105.775,6	98.417,5	99.681,9	91.999,5	95.664,4	89.385,2	83.829,0	85.278,0	84.231,9
A-Bond	9.994,9	9.613,4	9.647,7	9.029,4	9.015,4	8.510,3	8.553,4	7.871,7	8.280,2	7.477,2	7.137,8	7.121,8	6.726,3
Euro 2007	1.746,5	1.725,3	1.762,9	1.735,5	1.772,6	1.669,7	1.689,6	1.677,4	1.759,3	1.738,0	-	-	-
Euro 2009	867,7	794,5	812,7	800,8	735,1	693,7	703,4	699,7	735,2	727,6	705,4	739,9	743,1
Euro 2010	1.341,8	1.326,4	1.197,2	1.180,3	1.207,3	1.138,7	1.154,0	1.147,2	1.204,8	1.191,8	1.154,8	1.210,7	1.215,3
Euro 2011	3.071,2	2.769,8	2.830,8	2.787,4	2.847,6	2.682,8	2.715,4	2.696,4	2.828,4	2.794,8	2.705,1	2.832,8	2.840,7
Euro 2012	2.884,8	2.847,5	2.907,3	2.859,8	2.918,7	2.747,0	2.777,7	2.755,7	2.887,9	2.628,0	2.542,8	2.661,9	2.668,3
Euro 2015	2.407,8	2.373,9	2.255,6	2.217,2	2.261,2	2.126,8	2.149,1	2.130,6	2.231,3	2.201,3	2.127,3	2.224,3	2.227,1
Eurolibra 2007	615,9	616,3	619,9	606,1	615,9	582,7	594,6	-	-	-	-	-	-
Eurolibra 2017	1.154,1	1.141,2	1.167,2	1.150,0	1.175,7	1.108,3	1.011,4	1.005,9	1.056,8	1.045,7	1.013,7	1.063,0	1.067,5
Global 2007	3.427,9	2.040,8	2.053,6	2.006,3	2.008,4	1.922,1	1.936,7	-	-	-	-	-	-
Global 2008	3.464,4	3.461,9	3.479,5	3.326,8	3.232,6	3.056,8	3.077,9	3.025,0	3.186,9	2.949,6	2.740,8	2.826,7	2.830,4
Global 2009	2.882,8	2.806,4	2.829,1	2.736,3	2.595,9	2.478,5	2.489,2	2.453,7	2.592,5	2.443,5	2.215,2	2.289,7	2.288,9
Global 2010	3.062,8	3.039,7	3.055,2	2.938,7	2.797,6	2.572,8	2.590,6	2.528,9	2.664,3	2.488,8	2.264,7	2.321,1	2.297,2
Global 2011	1.922,9	1.686,0	1.614,1	1.544,1	1.544,3	1.415,0	1.424,4	1.399,6	1.404,4	1.266,5	1.211,0	1.226,6	1.227,9
Global 2012	2.576,5	2.370,1	2.384,4	2.244,9	2.246,7	2.007,7	2.022,5	1.788,6	1.886,0	1.705,8	1.632,3	1.654,8	1.657,8
Global 2013	2.675,5	2.681,5	2.695,8	2.631,4	2.631,8	2.366,9	2.267,2	2.200,3	2.318,6	1.977,3	1.890,8	1.940,5	1.848,3
Global 2014	2.631,4	2.505,9	2.520,0	2.460,4	2.461,5	2.062,6	2.077,0	1.863,9	1.964,6	1.746,3	1.670,4	1.501,8	1.476,0
Global 2015	4.601,8	4.602,4	4.617,5	4.328,4	4.321,6	3.977,8	3.977,8	3.568,2	3.752,3	3.381,7	3.228,1	3.259,5	3.212,3
Global 2017	3.232,1	3.228,0	3.234,0	3.092,7	4.179,2	3.982,7	3.996,4	3.762,3	3.951,0	3.721,5	3.546,9	3.645,5	3.604,0
Global 2019	3.267,9	3.271,1	3.284,6	3.106,2	2.971,7	2.770,8	2.787,1	2.726,9	2.870,0	2.680,5	2.451,8	2.526,1	2.405,1
Global 2020	1.720,6	1.624,1	1.636,2	1.600,4	1.604,0	1.466,2	1.479,0	1.358,0	1.434,0	1.358,1	1.301,3	1.293,4	1.281,4
Global 2024	6.100,9	6.107,0	6.132,2	5.910,1	5.654,2	5.257,5	5.288,5	5.102,3	5.370,1	4.960,4	4.537,3	4.645,6	4.541,8
Global 2025	4.982,4	4.986,2	4.797,2	4.536,0	4.531,8	4.060,7	4.083,8	3.741,4	3.773,0	3.491,1	3.334,7	3.424,7	3.415,9
Global 2027	7.440,7	7.456,0	7.494,6	7.301,4	7.301,5	6.475,0	6.520,2	5.703,3	6.008,9	5.636,0	5.388,6	5.246,2	4.998,8
Global 2030	2.258,8	2.266,8	2.281,8	2.066,2	2.070,3	1.893,6	1.909,7	1.772,8	1.870,5	1.659,4	1.589,7	1.603,5	1.553,9
Global 2034	5.980,9	5.746,5	5.768,2	5.538,3	5.530,9	4.865,4	4.891,0	4.609,5	4.849,7	4.567,1	4.360,7	4.444,4	4.420,9
Global 2037	4.412,3	5.323,4	5.338,6	5.173,7	5.162,1	4.924,1	4.945,7	4.682,2	4.921,7	4.640,0	4.426,3	4.553,5	4.548,0
Global 2040	11.478,0	11.507,1	10.971,0	10.498,6	10.508,3	8.886,9	8.953,4	8.599,3	8.593,5	7.552,0	7.227,1	7.457,9	7.471,9
Global BRL 2016	3.607,8	3.430,7	3.466,1	3.501,5	3.536,9	3.572,4	3.607,8	3.430,7	3.466,1	3.501,5	3.536,9	3.572,4	3.607,8
Global BRL 2022	3.112,5	3.027,1	3.058,3	3.089,6	3.120,8	3.152,1	3.183,3	3.027,1	3.058,3	3.089,6	3.120,8	3.152,1	3.183,3
Global BRL 2028	-	-	1.507,3	2.280,1	2.299,3	3.130,0	3.935,2	3.810,1	3.842,5	3.874,8	3.907,2	3.939,6	3.971,9
Marco Alemão 2007	1.416,3	1.397,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marco Alemão 2008	972,2	958,3	977,1	959,9	914,5	860,0	868,8	861,1	901,7	889,3	859,3	898,3	899,2
Samurai 2007	1.126,7	1.106,6	1.131,8	1.104,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
II. DÍVIDA CONTRATUAL	30.542,3	30.219,4	30.341,6	28.867,2	28.284,5	26.568,9	26.362,3	25.890,4	27.116,4	25.354,5	23.955,1	24.612,8	24.316,1
III. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5	-308,3	-300,5	-279,9
IV. TOTAL (I+II+III) (*)	143.208,5	140.250,3	140.055,2	135.344,4	134.187,3	125.124,8	126.175,9	118.018,8	122.892,6	114.797,9	107.803,5	109.927,2	108.604,2
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	6,1%	6,0%	5,9%	5,7%	5,6%	5,1%	5,1%	4,8%	4,9%	4,6%	4,3%	4,3%	4,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Dez/2006	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2007
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	1.398.749,6	1.395.355,1	1.439.358,4	1.458.285,5	1.461.032,5	1.497.719,7	1.523.150,4	1.493.201,9	1.515.985,0	1.530.509,7	1.563.721,6	1.586.050,8	1.597.173,1
I. Dívida em Mercado	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2	1.161.265,3	1.184.625,8	1.210.401,3	1.182.605,1	1.200.095,6	1.212.089,4	1.210.350,4	1.230.697,5	1.236.540,4
Dívida Securitizada	19.094,7	19.026,5	20.934,9	21.451,7	21.246,6	21.257,1	21.533,6	21.688,8	21.740,5	21.280,7	21.035,2	20.120,9	20.776,5
TDA	4.213,2	4.207,0	4.209,5	4.340,7	4.446,1	4.429,4	4.472,3	4.505,6	4.467,7	4.495,2	4.554,6	4.493,5	4.859,2
LTN	347.638,8	315.345,9	329.681,2	349.062,0	328.271,8	335.419,6	350.728,6	310.482,8	314.723,3	320.842,8	295.605,5	312.834,7	325.636,6
LFT	406.858,6	416.544,8	423.794,1	410.836,0	419.905,1	424.160,0	402.306,2	408.035,6	413.923,0	405.098,1	420.284,3	420.122,5	404.683,5
LFT-A	3.840,8	3.837,4	3.825,7	3.819,7	3.808,8	3.800,3	3.787,3	3.776,4	3.765,5	3.747,1	3.732,7	3.714,6	3.695,9
LFT-B	1.388,0	1.197,3	1.169,0	1.141,1	971,0	949,1	927,2	868,9	822,9	781,8	740,8	710,3	686,5
NTN-A	9.365,4	9.335,2	9.333,0	9.030,4	8.818,7	8.392,3	8.407,7	8.225,3	8.618,1	8.077,8	7.531,3	7.729,4	7.703,9
NTN-B	170.983,8	175.689,9	178.239,2	184.053,0	196.654,8	198.117,4	215.358,3	221.904,4	224.630,5	236.308,3	241.456,2	243.700,7	248.586,6
NTN-C	67.393,0	66.483,0	66.564,8	66.658,5	64.228,1	64.449,7	64.929,9	63.572,2	64.554,2	65.380,1	65.532,3	66.211,5	67.865,4
NTN-D	1.321,0	1.245,6	1.255,8	1.231,8	1.236,6	1.190,2	1.203,1	1.107,2	1.171,3	1.113,6	1.072,7	1.110,4	1.118,0
NTN-F	49.222,8	62.904,1	69.767,2	79.997,3	92.088,1	103.047,8	117.289,2	119.037,4	122.177,3	125.484,3	129.953,5	131.124,8	134.807,4
NTN-I	1.518,4	1.494,5	1.473,6	1.502,4	1.478,0	1.404,7	1.454,3	1.428,7	1.482,7	1.427,3	1.379,9	1.400,0	1.444,5
NTN-P	3.392,1	3.416,0	3.435,1	3.458,2	3.479,5	3.502,3	3.522,8	3.535,0	3.426,1	3.443,9	3.464,6	3.483,4	694,5
CFT-A	8.618,0	8.607,5	8.591,0	8.553,7	8.502,8	8.442,1	8.417,2	8.403,5	8.439,6	8.479,5	7.897,0	7.738,6	7.687,7
CFT-D	1.855,2	1.836,2	1.822,8	1.757,4	1.735,9	1.639,4	1.630,1	1.582,2	1.646,2	1.536,1	1.450,4	1.476,8	1.460,0
Demais	4.255,9	4.294,0	4.321,5	4.384,2	4.393,2	4.424,2	4.433,5	4.451,1	4.506,7	4.592,8	4.659,2	4.725,4	4.834,3
II. Dívida com BACEN	297.790,0	299.890,3	310.940,1	307.007,3	299.767,2	313.094,0	312.749,2	310.596,8	315.889,4	318.420,2	353.371,2	355.353,3	360.632,7
LTN	164.530,7	143.714,6	149.682,3	154.050,9	138.366,5	143.236,9	146.087,2	138.519,8	142.275,2	143.810,3	150.634,8	152.219,4	158.370,1
LFT	72.681,8	82.939,1	83.675,1	69.302,7	76.130,0	80.035,4	74.530,1	75.259,3	76.010,6	76.549,3	77.265,1	77.922,0	78.918,4
NTN-D	13.813,0	13.655,3	13.550,0	13.251,0	13.266,8	9.397,4	9.293,7	5.837,0	5.967,4	5.656,2	5.431,2	5.607,1	2.742,1
Demais	46.764,5	59.581,4	64.032,6	70.402,7	72.003,8	80.424,1	82.838,1	90.980,8	91.636,2	92.404,4	120.040,1	119.604,7	120.602,1
Dívida em Mercado/PIB	47,2%	46,6%	47,7%	48,2%	48,2%	48,7%	49,4%	47,9%	48,3%	48,4%	48,0%	48,5%	48,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Dez/2006	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2007
I. INTERNA	-184.302,3	-187.877,5	-189.402,2	-190.488,6	-191.216,0	-192.775,5	-193.445,4	-195.646,7	-196.595,2	-197.411,4	-197.734,7	-199.247,8	-201.863,0
Dívida contratual	212,9	211,6	210,9	203,0	193,4	183,4	183,1	178,5	179,9	173,6	158,0	161,6	160,5
FAT	-129.318,1	-132.433,3	-133.359,7	-134.147,9	-134.482,8	-135.243,4	-135.170,2	-136.534,7	-136.351,5	-135.924,9	-135.610,9	-136.296,4	-136.889,5
Aplicações financeiras	-4.468,9	-4.670,4	-4.880,6	-4.924,8	-4.927,9	-4.946,8	-4.915,4	-4.898,9	-4.965,9	-5.009,5	-5.072,4	-5.123,6	-4.629,8
Fundos Regionais	-33.345,9	-33.753,5	-34.270,5	-34.739,5	-35.141,8	-35.489,8	-35.838,5	-36.293,3	-36.769,5	-37.166,0	-37.489,4	-38.056,5	-38.697,1
Demais	-17.382,4	-17.231,8	-17.102,3	-16.879,6	-16.856,9	-17.278,9	-17.704,5	-18.098,3	-18.688,2	-19.484,6	-19.720,0	-19.932,9	-21.807,1
II. EXTERNA	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5	-308,3	-300,5	-279,9
Disponibilidades	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5	-308,3	-300,5	-279,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-184.548,7	-188.156,7	-189.689,9	-190.768,2	-191.501,5	-193.030,5	-193.708,5	-195.904,6	-196.889,6	-197.696,9	-198.043,0	-199.548,2	-202.142,9
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,9%	-8,0%	-8,0%	-8,0%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-7,9%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ DEZEMBRO 2006/2007 *

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006						2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa executada ¹	Despesas pagas no ano ²			Dotação Autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa executada ¹	Despesas pagas no ano ²		
				Do exercício	De exercícios anteriores	Total				Do exercício	De exercícios anteriores	Total
Gabinete da Presidência da República	972.909	760.464	760.464	681.483	126.149	807.632	975.385	791.505	791.502	604.529	55.389	659.918
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.923	2.819	2.819	2.802	42	2.844	2.496	2.484	2.484	2.446	8	2.454
Advocacia-Geral da União	93.473	78.177	78.177	70.989	17.729	88.717	114.605	109.435	109.435	95.032	6.518	101.550
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	792.492	696.191	696.020	602.904	79.364	682.268	952.952	819.579	819.136	658.380	80.606	738.986
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.356.765	2.111.912	2.111.912	1.636.041	302.261	1.938.302	2.743.820	2.589.107	2.589.107	1.927.419	408.385	2.335.804
Ministério da Fazenda	1.947.717	1.830.428	1.830.428	1.657.091	55.140	1.712.231	2.373.993	2.129.470	2.129.468	2.006.903	158.691	2.165.594
Ministério da Educação	6.806.090	6.488.227	6.488.226	5.318.340	943.988	6.262.328	7.858.761	7.499.699	7.499.675	6.072.208	1.088.598	7.160.806
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	480.652	444.802	444.802	416.315	24.568	440.883	555.541	533.821	533.821	492.116	22.509	514.624
Ministério da Justiça	971.414	801.610	801.610	689.375	134.959	824.334	1.182.466	1.109.377	1.109.368	972.568	77.046	1.049.613
Ministério de Minas e Energia	522.625	404.081	404.081	311.184	55.639	366.824	594.287	501.084	501.073	376.348	72.117	448.465
Ministério da Previdência Social	897.844	782.150	782.150	674.884	105.028	779.912	1.410.180	1.330.666	1.330.664	1.233.856	87.820	1.321.676
Ministério das Relações Exteriores	881.212	806.684	806.684	780.690	85.913	866.604	1.049.068	816.317	816.317	799.558	21.028	820.586
Ministério da Saúde	33.934.598	33.447.982	33.447.982	31.067.030	1.331.022	32.398.053	36.725.329	35.287.370	35.287.365	32.147.138	2.039.058	34.186.196
Ministério do Trabalho e Emprego	671.143	526.330	526.330	469.619	106.803	576.422	840.121	752.709	752.709	675.883	39.295	715.178
Ministério dos Transportes	781.286	542.586	542.586	397.499	71.753	469.253	772.997	692.426	692.419	492.115	126.436	618.550
Ministério das Comunicações	344.937	292.949	292.949	257.805	30.972	288.777	470.075	352.624	352.624	279.197	25.213	304.410
Ministério da Cultura	394.762	320.564	320.564	217.049	96.843	313.893	435.389	405.801	405.801	211.303	84.444	295.746
Ministério do Meio Ambiente	452.663	402.605	402.605	349.726	58.997	408.722	633.964	538.855	538.855	470.866	42.474	513.341
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	564.742	437.176	437.176	372.215	75.927	448.142	855.241	732.878	732.876	633.031	49.528	682.559
Ministério do Desenvolvimento Agrário	682.066	607.007	607.007	490.128	96.149	586.277	722.197	653.585	653.570	422.431	89.593	512.024
Ministério do Esporte	412.566	272.839	272.839	143.306	57.520	200.826	441.050	407.183	407.177	222.564	123.535	346.098
Ministério da Defesa	3.971.036	3.719.757	3.719.757	3.164.135	521.138	3.685.273	4.478.358	4.338.497	4.338.451	3.783.341	593.118	4.376.459
Ministério da Integração Nacional	320.181	234.302	234.302	151.694	64.147	215.841	288.107	219.094	219.075	115.030	55.404	170.435
Ministério do Turismo	358.091	300.703	300.703	261.123	44.607	305.730	469.464	428.606	428.605	319.711	36.730	356.441
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	10.240.115	9.328.935	9.328.934	9.132.665	110.099	9.242.764	11.129.639	11.042.267	11.042.263	10.913.523	120.855	11.034.378
Ministério das Cidades	436.003	349.751	349.751	270.603	69.688	340.291	434.148	382.794	382.794	304.136	87.653	391.789
Encargos Financeiros da União	340.736	329.099	329.099	276.714	29.809	306.523	390.300	323.636	323.636	272.723	36.615	309.338
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	62.379	59.708	59.708	46.752		46.752						-
Operações Oficiais de Crédito	56.672	53.666	53.666	53.473		53.473						-
TOTAL	70.750.091	66.433.503	66.433.331	59.963.636	4.716.365	64.680.001	79.076.451	74.932.739	74.932.143	66.603.613	5.635.855	72.239.468

Dados preliminares.

* Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

¹ Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas

Dessa forma, os valores informados correspondem aos valores da despesa liquidada e da inscrição dos restos a pagar não processados.

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ DEZEMBRO 2006/2007 *

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006						2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa executada ¹	Despesas pagas no ano ²			Dotação Autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa executada ¹	Despesas pagas no ano ²		
				Do exercício	De exercícios anteriores	Total				Do exercício	De exercícios anteriores	Total
Gabinete da Presidência da República	112.962	70.345	70.345	35.789	45.823	81.612	697.285	565.164	565.164	153.397	43.847	197.244
Gabinete da Vice-Presidência da República	1	0	0	0	-	0	104	76	76	75	-	75
Advocacia-Geral da União	13.777	2.260	2.260	764	4.872	5.636	16.195	16.192	16.192	2.730	1.444	4.174
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	442.449	305.150	305.119	47.535	184.884	232.419	522.142	390.784	390.773	63.598	234.134	297.731
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.012.638	888.090	888.090	400.971	163.601	564.572	1.027.404	971.470	971.470	467.263	410.049	877.313
Ministério da Fazenda ¹	333.198	278.546	278.546	51.451	131.202	182.653	208.323	136.338	136.338	35.453	204.430	239.883
Ministério da Educação	1.313.706	1.002.839	1.002.839	265.417	608.755	874.172	1.836.118	1.682.675	1.682.675	419.844	703.423	1.123.266
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	94.970	59.349	59.349	22.171	46.052	68.223	209.757	184.622	184.622	158.007	36.878	194.885
Ministério da Justiça	565.224	388.589	388.589	122.664	243.321	365.985	824.802	669.087	669.087	281.598	257.825	539.423
Ministério de Minas e Energia	52.415	23.687	23.687	13.989	3.347	17.336	48.918	32.876	32.876	15.184	8.079	23.263
Ministério da Previdência Social	192.164	99.304	99.304	15.700	57.541	73.241	84.500	39.325	39.325	12.581	77.619	90.200
Ministério das Relações Exteriores	39.506	28.473	28.473	21.860	2.902	24.762	27.159	23.079	23.079	21.833	6.135	27.968
Ministério da Saúde	3.327.241	2.194.420	2.194.420	441.384	1.184.661	1.626.045	3.865.243	2.061.473	2.061.473	222.042	1.275.171	1.497.213
Ministério do Trabalho e Emprego	15.948	14.133	14.133	7.466	8.086	15.552	50.986	44.527	44.527	29.806	6.145	35.951
Ministério dos Transportes	4.748.688	3.751.835	3.751.835	1.427.423	2.499.550	3.926.973	5.930.013	4.973.630	4.973.630	2.081.703	2.109.477	4.191.181
Ministério das Comunicações	120.311	40.745	40.745	9.208	21.191	30.399	85.565	72.747	72.747	7.047	13.275	20.322
Ministério da Cultura	149.270	116.460	116.460	28.955	27.064	56.019	219.508	147.235	147.235	27.472	62.754	90.227
Ministério do Meio Ambiente	86.694	58.767	58.767	19.292	31.425	50.716	68.424	34.490	34.490	12.964	34.702	47.665
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	65.047	48.654	48.654	24.638	9.981	34.619	52.283	37.567	37.567	5.916	17.269	23.185
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.645.902	1.385.370	1.385.370	1.034.959	166.089	1.201.048	1.841.588	1.668.704	1.668.704	1.133.988	278.069	1.412.057
Ministério do Esporte	481.678	375.315	375.315	36.677	171.948	208.625	464.358	344.507	344.507	32.062	324.444	356.505
Ministério da Defesa	1.989.060	1.461.374	1.461.374	892.485	752.018	1.644.503	2.567.031	2.198.312	2.198.312	1.215.409	517.000	1.732.410
Ministério da Integração Nacional	1.793.466	915.069	915.069	223.421	657.604	881.025	1.759.563	1.194.172	1.194.171	156.454	712.797	869.250
Ministério do Turismo	885.069	683.444	683.444	30.276	302.438	332.714	1.334.598	1.071.299	1.071.299	219.599	521.090	740.689
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	202.701	167.672	167.672	62.254	32.041	94.295	232.862	170.630	170.630	83.065	53.128	136.194
Ministério das Cidades	2.225.661	1.530.168	1.530.168	82.346	967.968	1.050.314	3.098.498	1.795.479	1.795.479	26.325	1.040.807	1.067.132
TOTAL	21.909.746	15.890.059	15.890.028	5.319.096	8.324.365	13.643.462	27.073.227	20.526.459	20.526.448	6.885.413	8.949.991	15.835.405

Dados preliminares.

 * Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

¹ Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, os valores informados correspondem aos valores da despesa liquidada e da inscrição dos restos a pagar não processados.

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

³ Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

TABELA A11 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ DEZEMBRO 2006/2007 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2006							2007						
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa executada ¹		Despesas pagas no ano ²			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa executada ¹		Despesas pagas no ano ²		
			Despesa Liquidada	Inscrita em restos a pagar não processados	Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ³	Total			Despesa Liquidada	Inscrita em restos a pagar não processados	Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ³	Total
Câmara dos Deputados	122.564,8	26.863,0	5.516,6	21.346,3	5.487,4	5.724,5	11.211,9	114.625,0	42.994,8	6.566,2	36.428,5	6.517,7	19.715,1	26.232,8
Senado Federal	100.933,7	40.624,3	22.843,8	17.780,5	22.843,8	9.250,6	32.094,4	131.345,6	46.105,7	14.007,4	32.098,2	14.004,4	16.908,5	30.912,9
Tribunal de Contas da União	39.082,5	8.807,9	4.849,6	3.958,3	4.826,0	1.612,7	6.438,7	34.698,5	4.110,8	30.587,7	4.110,8	3.608,0	7.718,8	
Supremo Tribunal Federal	30.994,1	25.940,0	2.480,6	23.459,5	2.438,7	16.627,0	19.065,7	82.306,9	78.763,8	24.151,5	54.612,3	23.531,0	22.028,3	45.559,3
Superior Tribunal de Justiça	9.867,5	4.698,1	1.152,6	3.545,4	1.152,6	6.972,8	8.125,4	21.349,6	17.595,8	3.509,9	14.085,9	3.509,3	3.661,0	7.170,3
Justiça Federal	297.712,8	315.426,6	167.856,6	147.570,0	166.571,3	101.521,0	268.092,3	294.843,1	329.571,3	143.447,4	186.123,9	142.818,3	138.983,0	281.801,4
Justiça Militar	5.245,8	4.044,8	1.911,5	2.133,3	1.902,5	1.588,6	3.491,1	7.585,3	4.230,5	1.145,7	3.084,7	1.145,6	2.121,3	3.266,9
Justiça Eleitoral	164.036,1	129.002,9	69.663,8	59.339,1	68.777,4	74.669,0	143.446,3	219.257,2	179.924,6	79.859,0	100.065,6	79.287,0	56.709,7	135.996,7
Justiça do Trabalho	214.915,9	188.832,4	68.023,6	120.808,8	66.534,5	142.152,8	208.687,3	221.180,8	190.736,6	37.864,6	152.835,0	35.371,6	111.627,4	146.999,0
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	46.292,5	41.201,6	19.270,8	21.930,8	16.898,2	23.955,4	40.853,6	52.817,0	52.478,1	8.724,7	43.753,4	5.519,2	24.174,7	29.693,8
Presidência da República ⁴	143.396,8	93.133,0	49.792,2	43.340,8	48.741,9	36.223,5	84.965,4	949.371,8	768.190,5	466.113,7	302.076,8	297.894,5	97.000,9	394.895,3
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	189.227,4	168.601,3	48.343,3	120.258,0	27.500,8	9.879,2	27.500,8	55.011,5	41.540,7	7.687,1	33.853,6	7.000,2	133.070,0	140.070,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	454.106,5	401.721,4	184.492,6	217.197,7	134.568,2	227.862,0	362.430,2	622.126,5	557.462,4	156.806,2	400.645,3	140.823,7	249.271,1	390.094,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.079.588,7	840.959,2	523.320,1	317.639,1	425.812,8	111.876,9	537.689,6	1.089.527,6	884.159,4	473.070,1	410.844,6	449.216,7	359.826,3	809.043,0
Ministério da Fazenda ⁵	373.523,0	307.756,8	77.566,7	230.190,2	70.374,8	155.466,6	225.841,4	297.420,0	193.290,1	60.547,6	132.742,5	59.571,6	219.808,9	279.380,5
Ministério da Educação	1.377.114,5	1.168.197,9	521.537,6	646.660,3	312.418,8	657.335,1	969.754,0	2.946.612,3	2.876.512,8	1.448.120,1	1.428.373,7	674.161,3	824.886,8	1.499.048,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	107.334,9	60.219,9	47.762,9	12.457,0	33.702,8	46.052,5	79.755,3	218.757,1	187.128,5	167.703,8	19.424,8	166.531,8	38.008,7	204.540,0
Ministério da Justiça	924.894,8	731.494,7	262.528,2	468.966,5	227.904,7	243.909,4	471.814,1	1.277.303,8	873.361,5	472.679,2	400.682,3	436.749,1	470.829,8	907.579,0
Ministério de Minas e Energia	62.415,3	44.573,4	32.799,6	11.773,8	28.981,0	5.234,1	34.215,1	50.036,1	32.870,9	14.109,1	18.761,8	13.465,2	14.524,9	27.990,0
Ministério da Previdência Social	208.164,3	114.673,7	26.289,7	88.384,0	21.901,7	57.541,3	79.443,0	131.250,0	69.617,8	14.468,0	55.149,8	12.664,9	85.570,8	98.235,7
Ministério Público da União	163.984,0	140.485,3	51.162,4	89.322,9	46.221,5	60.281,2	106.502,7	360.642,3	300.094,0	89.953,5	210.140,5	89.910,5	83.840,1	173.750,6
Ministério das Relações Exteriores	39.506,4	27.836,5	21.819,6	6.016,9	21.716,5	2.901,9	24.618,4	27.159,2	23.078,9	21.833,4	1.073,1	21.832,9	6.085,3	27.918,2
Ministério da Saúde	3.352.129,8	2.113.790,3	464.549,4	1.649.240,9	449.469,8	1.142.160,5	1.591.630,3	4.752.240,3	2.838.896,2	236.464,6	2.602.361,0	232.523,7	1.225.720,6	1.458.244,3
Ministério do Trabalho e Emprego	29.947,8	28.132,8	19.099,9	9.032,9	18.991,3	7.686,6	26.677,9	50.985,9	44.527,1	29.983,8	14.540,7	29.814,7	8.870,9	38.685,6
Ministério dos Transportes	6.410.976,7	4.860.106,1	2.222.218,6	2.637.887,5	2.080.395,8	2.521.688,0	4.602.083,8	10.878.190,7	9.044.160,0	3.374.168,8	5.669.991,2	3.277.316,8	2.364.533,1	5.641.849,9
Ministério das Comunicações	120.311,4	39.471,6	11.885,3	27.586,3	8.392,5	21.191,2	29.583,6	375.565,3	362.746,2	12.752,8	349.993,5	9.775,2	12.930,1	22.705,4
Ministério da Cultura	149.269,6	115.469,4	31.596,1	83.873,3	29.093,9	26.230,0	55.323,9	271.707,6	141.515,4	28.421,9	113.093,5	27.943,5	62.455,8	90.399,3
Ministério do Meio Ambiente	131.181,7	89.816,2	43.890,6	45.925,6	43.354,7	36.689,8	80.044,5	102.213,4	45.597,8	18.996,8	26.601,0	18.990,7	35.828,9	54.819,6
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.312.909,3	1.871.792,2	1.538.489,8	333.302,5	1.536.318,2	175.107,7	1.711.425,9	2.428.585,3	2.121.044,4	1.551.491,2	569.553,2	1.550.432,5	281.559,5	1.831.992,0
Ministério do Esporte	572.903,5	431.717,7	89.431,7	342.286,0	89.431,7	170.077,4	259.509,1	707.895,5	577.982,3	170.214,7	407.767,5	170.214,7	337.627,2	507.842,0
Ministério da Defesa	2.386.727,2	2.236.275,6	1.392.912,6	843.363,0	1.340.982,7	963.036,4	2.304.019,2	3.668.871,7	3.821.631,9	2.166.615,6	1.653.296,6	2.137.639,3	777.755,0	2.915.394,3
Ministério da Integração Nacional	1.974.684,1	1.065.579,1	377.146,2	688.432,8	313.967,4	738.216,9	1.052.184,3	4.201.081,8	3.302.643,4	471.086,3	2.829.112,6	434.523,1	847.819,8	1.282.342,8
Ministério do Turismo	1.310.069,1	1.108.391,6	394.570,5	713.821,1	387.966,8	302.397,8	690.364,6	1.548.598,0	1.274.348,9	220.656,3	1.053.692,5	219.698,6	604.359,7	824.058,3
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	203.600,9	167.872,7	89.321,6	78.551,1	89.321,6	30.225,7	119.547,3	233.460,2	182.478,8	156.098,8	26.380,0	86.354,9	53.250,9	139.605,8
Ministério das Cidades	3.324.207,7	2.556.341,9	220.966,3	2.335.375,6	198.405,7	1.003.784,1	1.202.189,8	6.797.047,1	5.395.364,2	274.106,3	5.121.257,9	153.676,6	1.479.157,0	1.632.833,6
TOTAL	28.433.821,1	21.569.851,8	9.107.063,0	12.462.757,7	8.343.370,0	9.137.130,1	17.480.500,1	45.222.118,1	36.937.344,0	12.427.537,0	24.505.085,5	11.034.541,5	11.074.129,2	22.108.670,7

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, os valores informados correspondem aos valores da despesa liquidada e da inscrição dos restos a pagar não processados. O montante de restos a pagar não processados foi de R\$ 12.462.757,7 mil em 2006 e de R\$ 24.505.085,5 mil em 2007.

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

³ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

⁵ Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.



F P E / F P M / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim -Ano XII - nº 12 Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

dezembro / 2007

Comentários

Em dezembro de 2007, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 35,4% para o FPE e 50,5% para o FPM, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 8.051.640 (mil), em Dezembro de 2007, contra R\$ 5.625.382,8 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 16,66% para o FUNDEB.

O incremento do FPM deve-se, em parte, ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007, que estabeleceu um repasse adicional em dezembro equivalente a 1% sobre a arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados realizada a partir de 1º de setembro de 2007, não incidindo sobre essa parcela o desconto para o FUNDEB.

Também no mês de dezembro forma creditados aos Fundos de Participação o valor de R\$ 4.696 (mil), referente a correção das parcelas do PAEX 2006 do PAEX 2007.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2006			2007			Variação Nominal		
	Novembro	Dezembro	Janeiro a	Novembro	Dezembro	Janeiro a	Dez / 2007	Dez / 2007	Jan a Dez / 2007 (1)
			Dezembro				Dezembro	Nov / 2007 (1)	Dez / 2006
FPM	2.478.439,3	3.013.992,4	29.502.772,2	2.876.616,3	4.330.537,5	33.934.881,7	50,5%	43,7%	15,0%
FPE	2.367.394,8	2.878.952,6	28.180.910,5	2.748.766,5	3.721.102,6	32.009.695,6	35,4%	29,3%	13,6%
IPI-Exp	202.252,4	273.187,4	2.339.758,7	254.626,3	285.015,3	2.666.539,5	11,9%	4,3%	14,0%

Obs.: Já deduzidos 16,66% do FUNDEB.

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/11/2007 a 20/12/2007, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
NOV/3º DEC	660.667	8.918.494	9.579.160	DEZ/1º DEC	1.716.404	1.796.236	55.060	3.567.700
DEZ/1º DEC	819.973	6.319.826	7.139.799	DEZ/2º DEC	1.279.316	1.338.819	68.337	2.686.472
DEZ/2º DEC	1.936.918	2.100.616	4.037.534	DEZ/3º DEC	723.449	757.098	161.423	1.641.970
TOTAL	3.417.558	17.338.935	20.756.493	TOTAL	3.719.169	3.892.154	284.819	7.896.142

Em relação aos valores creditados ao FPM referentes a Emenda Constitucional 55/2007, os valores distribuídos para o FPM foram originários de 1% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 01/09/2007 a 30/11/2007, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Emenda Constitucional 55/2007 – 1% Adicional ao FPM			
Período de Arrecadação	IPI	IR	IPI+IR
SET/1º decêndio	731.074	2.260.269	2.991.344
SET/2º decêndio	1.631.352	1.009.415	2.640.767
SET/3º decêndio	648.780	6.506.925	7.155.705
OUT/1º decêndio	783.384	2.311.198	3.094.582
OUT/2º decêndio	1.667.535	1.166.185	2.833.720
OUT/3º decêndio	652.553	9.214.392	9.866.945
NOV/1º decêndio	732.468	1.948.316	2.680.784
NOV/2º decêndio	1.670.250	1.122.746	2.792.996
NOV/3º decêndio	660.667	8.918.494	9.579.160
Total	9.178.063	34.457.940	43.636.003
FPM - 1%	91.781	344.579	436.360

R\$ MIL

PAEX	Correção do PAEX 2006	Correção do PAEX 2007	Total
FPM	1.333	1.068	2.401
FPE	1.274	1.021	2.295
IPI-EXP	121	112	233
TOTAL	2.727	2.202	4.929

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). Nas transferências regulares foram deduzidos 16,66% para o FUNDEB, exceto para a efeito da Emenda Constitucional nº 55/2007 (1% FPM). Nos valores referentes ao PAEX devem ser deduzidos 15% referente ao FUNDEF sobre a correção de 2006 e 16,66% para o FUNDEB sobre a correção de 2007.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI - EXP (1)
ACRE	AC	22.634	127.299	46
ALAGOAS	AL	102.781	154.802	842
AMAZONAS	AM	59.383	103.834	7.602
AMAPÁ	AP	14.626	126.964	270
BAHIA	BA	390.642	349.642	22.294
CEARÁ	CE	225.688	273.014	2.635
DISTRITO FEDERAL	DF	8.651	25.683	178
ESPIRITO SANTO	ES	75.168	55.817	12.921
GOIÁS	GO	156.120	105.795	2.910
MARANHÃO	MA	180.432	268.597	2.980
MINAS GERAIS	MG	568.296	165.757	32.698
MATO GROSSO DO SUL	MS	63.809	49.565	1.936
MATO GROSSO	MT	79.677	85.879	2.647
PARÁ	PA	156.211	227.434	11.572
PARAÍBA	PB	139.709	178.200	748
PERNAMBUCO	PE	208.993	256.764	2.092
PIAUI	PI	114.569	160.804	82
PARANÁ	PR	294.319	107.287	28.878
RIO DE JANEIRO	RJ	126.450	56.847	37.205
RIO GRANDE DO NORTE	RN	107.277	155.464	1.005
RONDÔNIA	RO	39.319	104.771	438
RORAIMA	RR	26.273	92.309	20
RIO GRANDE DO SUL	RS	288.379	87.625	34.879
SANTA CATARINA	SC	167.625	47.623	20.914
SERGIPE	SE	61.230	154.623	150
SÃO PAULO	SP	579.385	37.211	57.003
TOCANTINS	TO	72.892	161.496	71
TOTAL		4.330.538	3.721.103	285.015

(1) Deduzidos 16,66% do FUNDEB, exceto para a efeito da Emenda Constitucional nº 55/2007 (1% FPM).

No Diário Oficial da União do dia 16 de novembro de 2007, foi publicada a Portaria STN nº 722, de 13 de novembro de 2007, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2008, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa
Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61)3412-3026
E-mail: transferencias.stn@fazenda.gov.br



Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério

Boletim - Ano I - nº 12 Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

DEZEMBRO / 2007

Em dezembro de 2007, as transferências para o FUNDEB alcançaram o montante de R\$ 4.548.776 (mil), contra R\$ 4.001.588 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um acréscimo de 13,6 % em valores nominais. Contribuíram mais significativamente para esse comportamento os acréscimos da ordem de 35% do FPE e do FPM e de 5% do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEB estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEB com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Origem	R\$ Mil				
	Novembro	Participação	Dezembro	Participação	Variação
FPM	575.047	14,4%	778.435	17,1%	35,4%
FPE	549.489	13,7%	743.838	16,4%	35,4%
IPI-EXP	50.901	1,3%	56.973	1,3%	11,9%
LC 87/96	27.072	0,7%	27.072	0,6%	0,0%
ITR	1.239	0,0%	951	0,0%	-56,6%
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIAO	200.000	5,0%	212.400	4,7%	6,2%
IPVA	25.029	0,6%	27.601	0,6%	10,3%
ITCMD	4.674	0,1%	6.877	0,2%	47,1%
ICMS	2.568.137	64,2%	2.694.629	59,2%	4,9%
TOTAL	4.001.588	100,0%	4.548.776	100,0%	13,6%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEB

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEB e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEB podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundeb@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica
DEFINEB/SEB/MEC - Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
CEP 70.047-900 - Brasília – DF

Distribuição do FUNDEB por Estado

UF	FUNDEB UNIÃO			FUNDEB ESTADO		
	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
AC	18.652.746	10.937.681	29.590.427	3.384.797	1.984.783	5.369.580
AL	16.683.225	43.582.998	60.266.222	6.482.440	16.934.095	23.416.535
AM	14.879.141	18.386.440	33.265.581	18.279.333	22.587.737	40.867.070
AP	20.978.554	7.227.928	28.206.482	2.651.060	913.389	3.564.449
BA	51.334.631	136.714.377	188.049.008	34.375.748	91.543.655	125.919.404
CE	25.427.000	100.667.435	126.094.436	7.435.856	29.436.809	36.872.664
DF	6.969.194	-	6.969.194	-	-	-
ES	9.962.665	18.468.940	28.431.605	26.278.156	48.715.117	74.993.273
GO	25.525.320	24.733.613	50.258.934	44.584.442	43.200.110	87.784.552
MA	32.379.513	114.070.457	146.449.970	6.031.700	21.248.512	27.280.212
MG	81.991.208	63.474.231	145.465.439	179.992.803	139.339.589	319.332.392
MS	10.401.006	11.861.486	22.262.492	26.687.007	30.433.667	57.120.673
MT	17.189.454	15.464.458	32.653.912	29.915.579	26.912.915	56.828.494
PA	35.562.043	92.533.828	128.095.871	8.518.837	22.165.603	30.684.440
PB	25.352.184	39.178.797	64.530.981	10.232.470	15.812.793	26.045.263
PE	35.516.816	59.640.946	95.157.762	32.124.429	53.942.011	86.066.440
PI	18.455.581	45.164.996	63.620.576	4.952.293	12.118.626	17.070.918
PR	45.127.775	37.871.908	82.999.683	86.426.820	72.527.189	158.954.009
RJ	14.780.347	28.382.676	43.163.023	82.935.756	159.249.480	242.185.236
RN	20.474.129	30.223.331	50.697.460	12.605.077	18.606.523	31.211.601
RO	15.105.534	13.098.921	28.204.455	11.075.043	9.603.519	20.678.562
RR	18.004.502	5.236.522	23.241.024	3.052.676	887.870	3.940.545
RS	42.460.394	36.743.608	79.204.002	74.719.556	64.658.169	139.377.725
SC	23.848.093	20.984.054	44.832.147	54.836.378	48.249.625	103.086.002
SE	16.253.301	25.789.644	42.042.946	7.516.305	11.926.133	19.442.439
SP	77.048.392	54.575.040	131.623.432	568.356.111	402.578.981	970.935.092
TO	24.939.260	19.353.291	44.292.551	11.305.833	8.773.377	20.079.210
TOTAL	745.302.010	1.074.367.605	1.819.669.615	1.354.756.504	1.374.350.275	2.729.106.779

Complementação da União

Conforme divulgado no Site do Ministério da Educação e Cultura - MEC: www.mec.gov.br

R\$ mil

Estados	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alagoas	0	0	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634
Bahia	0	0	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198
Ceará	0	0	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079
Maranhão	0	0	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544
Paraíba	0	0	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697
Pará	0	0	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191
Pernambuco	0	0	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664
Piauí	0	0	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994
TOTAL			200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000

Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa - CONED

Fone: (61)3412-3116

E-mail: transferencias.stn@fazenda.gov.br